

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE
DADOS - SERPRO

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas do
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO
Brasília - DF

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço Federal de Processamento de Dados ("Empresa" ou "SERPRO"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração do SERPRO, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações dos valores adicionados foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reapresentação de valores correspondentes aos exercícios anteriores

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do SERPRO em 31 de dezembro de 2021, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 3 que foram efetuados para alterar os saldos correspondentes do SERPRO de 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os saldos correspondentes do SERPRO referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e, portanto, não expressamos conclusão, opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre os saldos correspondentes de 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, tomados em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras incluem valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação. Esses valores foram auditados por outros auditores independentes que emitiram seu relatório de auditoria em 01 de março de 2021, sem ressalvas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da SERPRO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a SERPRO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da SERPRO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da SERPRO;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da SERPRO. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a SERPRO a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 17 de março de 2022.



**Demonstrações
Financeiras e
Notas Explicativas**
Encerramento do Exercício 2021

Sumário

Balanço Patrimonial.....	4
Demonstração do Resultado Abrangente.....	8
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	9
Demonstração do Valor Adicionado.....	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	11
Nota 1. Contexto Operacional.....	12
1.1. Informações gerais do contexto econômico e considerações acerca da COVID-19.....	13
Nota 2. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras.....	13
2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade.....	13
2.3. Moeda funcional e de apresentação.....	14
2.4. Uso de estimativas e julgamentos.....	14
2.5. Mensuração do valor justo.....	14
2.6. Reclassificações.....	14
2.7. Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC.....	15
2.8. Demonstração do Valor Adicionado – DVA.....	15
Nota 3. Mudanças de política contábil com efeito retroativo.....	15
3.1. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	15
3.2. Montante dos ajustes.....	15
3.3. Impacto no Ativo Fiscal Diferido.....	16
3.4. Impacto nas demonstrações financeiras.....	16
Nota 4. Principais políticas contábeis.....	16
4.1. Ativo Imobilizado.....	16
4.2. Ativo Intangível.....	16
4.3. Ativo não circulante mantido para venda.....	16
4.4. Benefícios a empregados.....	17
4.5. Caixa e equivalente de caixa.....	17
4.6. Gastos subsequentes.....	17
4.7. Imunidade Tributária.....	17
4.8. Instrumentos financeiros.....	17
4.9. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa.....	18
4.10. Provisões trabalhistas e cíveis.....	18
4.11. Provisões administrativas e tributárias.....	19
4.12. Receita operacional.....	19
4.13. Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>).....	19
4.14. Apresentação pelo valor líquido.....	19
Ativo.....	19

Ativo Circulante.....	19
Nota 5. Caixa e equivalente de caixa.....	20
5.1. Bancos conta movimento.....	20
5.2. Aplicação financeira.....	20
Nota 6. Créditos a receber.....	21
6.1. Clientes.....	21
6.2. Ressarcimento de Pessoal cedido a órgãos externos.....	22
6.3. Créditos diversos a receber.....	22
6.4. Créditos tributários.....	22
Nota 7. Ativo não circulante para venda.....	22
Nota 8. Realizável a longo prazo.....	23
8.1. Depósitos judiciais e recursais.....	23
8.2. Ressarcimento de pessoal.....	23
8.3. Créditos tributários diferidos.....	24
8.4. Créditos realizáveis a longo prazo.....	24
9.1. Adições e Exclusões.....	25
9.2. Movimentação da depreciação e amortização.....	25
9.3. Revisão de vida útil.....	25
Nota 10. Intangível.....	26
10.1. Reconhecimento de <i>softwares</i> internos.....	26
Passivo.....	26
Passivo Circulante.....	26
Nota 11. Consignações.....	26
Nota 12. Tributos e encargos sociais.....	27
12.1. Passivo fiscal diferido.....	27
Nota 13. Obrigações a pagar.....	27
13.1. Fornecedores.....	27
13.3. Ações do Programa de Demissão Voluntária - PDV.....	28
13.4. Processo trabalhista a pagar.....	28
13.5. Plano de previdência complementar.....	28
Passivo Não Circulante.....	29
Nota 14. Obrigações tributárias.....	29
14.1. PASEP/COFINS a recolher.....	29
14.2. ISS a recolher.....	29
14.3. ISS renegociado.....	29
14.4. IPTU a recolher.....	29
Nota 15. Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas.....	29
15.1. Provisões trabalhistas e cíveis.....	30
15.2. Provisões administrativas e tributárias.....	31

Nota 16. Benefício pós-emprego.....	32
17.1. Capital Social.....	32
17.2. Reservas.....	32
17.3. Destinação dos lucros acumulados.....	33
17.4. Outros Resultados Abrangentes.....	33
Nota 18. Receita bruta e Receita Líquida.....	33
18.1. Receita bruta.....	34
18.2. Receita Líquida.....	35
Nota 19. Custos e Despesas Operacionais.....	35
19.1. Composição dos Custos e Despesas operacionais.....	35
19.2. Aumentos e Reduções dos gastos.....	35
Nota 20. Resultado Financeiro.....	36
Nota 21. Tributos sobre o lucro.....	36
21.1. Conciliação da despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social.....	37
21.2. Movimentação saldos – ativos e passivos fiscais diferidos.....	38
21.3. Reflexo da aplicação da Imunidade Tributária no IRPJ.....	39
Nota 22. Benefícios a empregados.....	39
22.1. Programas previdenciários.....	40
22.2. Programa de Assistência à Saúde - PAS/SERPRO.....	42
22.3. Auxílio-alimentação.....	44
22.4. Plano odontológico.....	45
Nota 24. Partes Relacionadas.....	45
24.1. Remuneração dos dirigentes.....	45
24.2. Remuneração dos conselheiros e membros do comitê de auditoria.....	46
24.3. Remuneração dos empregados.....	46
24.4. Entidade Fechada de Previdência Complementar.....	46
24.5. Composição dos órgãos estatutários.....	46
24.6. Transações comerciais.....	46
Anexo I. Normas brasileiras de contabilidade aplicáveis.....	48
Anexo II. Legislação aplicável.....	49
Anexo III. Sumário de siglas e abreviaturas.....	50

Balanço Patrimonial

		Em milhares de R\$			
Ativo	NE	31/12/21	31/12/20 (Reapresentado)	31/12/19 (Reapresentado)	01/12/19 (Reapresentado)
Circulante		2.624.004	2.408.889	1.851.000	1.233.927
. Caixa e equivalentes de caixa	5	1.869.748	1.694.495	1.007.510	487.881
. Ativos financeiros		710	587	438	462
. Créditos a receber	6	750.727	710.818	839.989	741.985
Clientes	6.1	530.366	460.413	589.715	572.113
Ressarcimento de pessoal	6.2	85.134	99.145	81.145	88.349
Créditos diversos a receber	6.3	20.417	41.165	23.476	2.382
Créditos tributários	6.4	114.810	110.096	145.654	79.140
. Bens, Valores e Demais Curto Prazo		357	280	355	891
. Ativos mantidos para venda	7	2.463	2.708	2.708	2.708
Não Circulante		1.774.896	1.811.233	1.864.483	1.741.591
. Realizável a longo prazo	8	1.076.650	1.198.794	1.323.766	1.187.453
Depósitos judiciais e recursais	8.1	411.825	275.743	230.544	289.827
Ressarcimento de pessoal	8.2	301.553	314.322	351.731	408.413
Créditos tributários diferidos	8.3	267.389	500.115	640.038	428.855
Créditos realizáveis a longo prazo	8.4	95.561	108.292	101.388	60.287
Outros ativos		322	321	66	72
. Imobilizado	9	607.182	548.144	476.669	475.360
. Intangível	10	91.063	64.295	64.048	78.778
Total do Ativo		4.398.899	4.220.122	3.715.483	2.975.519

Balanço Patrimonial

Em milhares de R\$

Passivo	NE	31/12/21	31/12/20	31/12/19	01/12/19
			(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante		997.895	1.118.140	898.963	814.469
. Consignações	11	83.300	95.427	91.234	56.445
. Tributos e encargos sociais	12	151.724	164.850	156.528	174.725
. Depósitos diversas origens		857	1.697	3.589	3.772
. Obrigações a pagar	13	762.014	856.166	647.613	579.527
Fornecedores	13.1	219.781	163.754	103.589	126.542
Pessoal a pagar, encargos trabalhistas	13.2	330.478	309.822	295.553	281.827
Ações Programa Demissão Voluntária	13.3	21.560	117.617		7.444
Processo trabalhista a pagar	13.4	56.033	64.561	65.214	74.483
Provisão acordo coletivo de trabalho			25.574		
Plano de previdência complementar	13.5	13.794	35.941	37.952	37.178
Participação nos lucros ou resultados	13.6	24.913	29.147	29.646	
Dividendos/Juros sobre capital próprio	13.7	95.165	109.749	115.627	52.019
Outras obrigações		290		32	34
Não Circulante		1.479.785	1.353.770	1.799.690	1.178.067
Obrigações tributárias	14	433.295	241.920	80.204	45.851
Processo trabalhista a pagar			55.416	118.057	180.240
Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas	15	490.572	444.505	388.163	242.956
Benefícios pós-emprego	16	551.316	607.189	1.212.545	708.270
Outras obrigações		4.601	4.740	720	750
Patrimônio Líquido	17	1.921.219	1.748.212	1.016.830	982.983
. Capital	17.1	1.061.005	1.061.005	1.061.005	1.061.005
. Reservas	17.2	1.190.886	971.348	618.995	305.222
Reservas de reavaliação		93.276	78.009	79.096	138.214
Reservas de lucros		803.139	783.590	539.899	167.007
Dividendos adicionais propostos		294.471	109.749		
. Outros resultados abrangentes	17.4	(330.672)	(292.983)	(692.666)	(387.775)
. Ajustes de Exercícios Anteriores			8.841	29.497	4.531
Total do Passivo		4.398.899	4.220.122	3.715.483	2.975.519

Demonstração do Resultado do Exercício

DRE	NE	Em milhares de R\$	
		31/12/21	31/12/20 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	18.1	2.788.237	2.736.517
Custo dos serviços prestados	19	(1.467.949)	(1.474.826)
Lucro bruto		1.320.288	1.261.691
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)	19.1	(773.390)	(873.718)
Despesas com pessoal e benefícios		(497.865)	(628.595)
Depreciação e amortização		(33.621)	(12.218)
Locação		(22.567)	(11.142)
Manutenção		(24.717)	(42.320)
Serviços de comunicação		(7.483)	(7.920)
Serviços profissionais e contratados		(39.884)	(35.304)
Serviços públicos		(8.043)	(9.676)
Resultado com créditos a receber		(26.257)	(61.998)
Despesas tributárias diversas		(4.370)	(3.163)
Materiais		(4.784)	(4.973)
Outras despesas/receitas		(50.467)	(11.368)
Resultado com ações judiciais		(53.331)	(45.043)
Resultado financeiro	20	73.124	63.730
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		620.022	451.702
Tributos sobre o lucro	21	(229.038)	(10.255)
Tributos correntes		(103.786)	(76.585)
Tributos diferidos		(125.252)	66.330
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		390.984	441.447

DRE 4º Trimestre	Em milhares de R\$	
	4º Trimestre 2021	4º Trimestre 2020 (Reapresentado),
Receita operacional líquida	745.966	728.268
Custo dos serviços prestados	(427.437)	(371.595)
Lucro bruto	318.528	356.673
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)	(211.308)	(307.756)
Despesas com pessoal e benefícios	(178.136)	(264.054)
Depreciação e amortização	(12.609)	5.001
Locação	(5.308)	(3.304)
Manutenção	(6.602)	(12.732)
Serviços de comunicação	(897)	(4.049)
Serviços profissionais e contratados	(23.997)	(9.428)
Serviços públicos	(2.675)	(2.352)
Resultado com créditos a receber	(5.736)	(15.108)
Despesas tributárias diversas	(162)	(926)
Materiais	(2.368)	(2.605)
Outras despesas/receitas	(12.739)	2.288
Resultado com ações judiciais	39.921	(485)
Resultado financeiro	21.743	16.681
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	128.964	65.599
Tributos sobre o lucro	(203.324)	9.157
Tributos correntes	(19.599)	(25.046)
Tributos diferidos	(183.725)	34.202
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(74.360)	74.756

Demonstração do Resultado Abrangente

DRE	Em milhares de R\$	
	31/12/21	31/12/20 (Reapresentado)
Resultado líquido do período	390.984	441.447
(+/-) Outros resultados abrangentes	(37.689)	399.684
Ajustes de Instrumentos Financeiros	123	149
Ajustes de Passivos Atuariais	62.043	605.356
Tributos diferidos sobre ajuste de passivo atuarial	(8.303)	(205.821)
Reversão de tributos diferidos	(91.551)	
Resultado abrangente no período	353.295	841.131

DRA 4º Trimestre	Em milhares de R\$	
	4º Trimestre 2021	4º Trimestre 2020 (Reapresentado)
Resultado líquido do período	(74.361)	74.756
(+/-) Outros resultados abrangentes	(37.714)	399.645
Ajustes de Instrumentos Financeiros	97	109
Ajustes de Passivos Atuariais	62.043	605.356
Tributos diferidos sobre cálculo atuarial	(8.304)	(205.821)
Reversão de tributos diferidos	(91.551)	
Resultado abrangente no período	(112.075)	474.400

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Em milhares de R\$	
	31/12/21	31/12/20
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2.967.745	2.946.014
Recebimentos de clientes – exercícios anteriores	226.174	321.467
Ressarcimento de pessoal requisitado	329.800	306.609
Outros recebimentos	114.796	135.256
Tributos e encargos	(390.360)	(353.422)
Pessoal e encargos	(2.021.994)	(1.960.498)
Sentenças judiciais	(249.347)	(98.700)
Pagamentos a fornecedores	(404.380)	(384.865)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)	572.434	911.862
Atividades de Investimentos		
Pagamento Imobilizado/ Intangível	(175.836)	(107.265)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (b)	(175.836)	(107.265)
Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(221.344)	(117.613)
Caixa líquido gerado nas atividades de Financiamento (c)	(221.344)	(117.613)
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa (a) + (b) + (c)	175.254	686.985
Saldo inicial – caixa e equivalentes de caixa	1.694.495	1.007.510
Saldo final – caixa e equivalentes de caixa	1.869.748	1.694.495

Demonstração do Valor Adicionado

Geração do Valor Adicionado	Em milhares de R\$			
	31/12/21	%	31/12/20	%
1 - Receitas	3.293.015	117,3	3.209.788	113,2
Vendas de Serviços	3.413.746	121,6	3.278.314	115,7
Perdas Estimadas para créditos liquidação duvidosa	(26.257)	(0,9)	(61.998)	(2,2)
Descontos Concedidos	(108.525)	(3,9)	(24.367)	(0,9)
Vendas Canceladas	(4.150)	(4,6)	(12.745)	(13,1)
Outros valores adicionados	18.201	0,6	30.584	1,1
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(421.780)	(15,0)	(329.914)	(11,6)
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	2.871.235	102,3	2.879.873	101,6
4 - Retenções	(154.151)	(5,5)	(142.420)	(5,0)
Depreciações e Amortizações	(100.820)	(3,6)	(97.377)	(3,4)
Resultados com Ações Judiciais	(53.331)	(58,7)	(45.043)	(46,4)
5 - Valor adicionado líquido (3-4)	2.717.084	96,8	2.737.453	96,6
6 - Recebido de terceiros	90.789	3,2	97.154	3,4
7 - Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)	2.807.873	100,0	2.834.607	100,0
8. Distribuição do valor adicionado	31/12/21	%	31/12/20	%
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios).	1.558.293	55,5	1.736.167	61,2
Governo (Impostos e Contribuições)	812.386	28,9	584.502	20,6
Capitais de Terceiros	26.163	0,9	39.921	1,4
Acionistas (Dividendos juros e JCP)	97.010	3,5	111.735	3,9
Lucros Retidos	28.524	1,0	252.532	8,9
Dividendos Adicionais Propostos	285.496	10,2	109.749	3,9
Total	2.807.873	100	2.834.607	100

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de R\$

	Capital	Reservas			Dividendos Adicionais	Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção				
Saldo 01 janeiro de 2020 (Publicado)	1.061.005	79.096	35.294	504.605			(692.666)	987.334
Lucros/Prejuízos Líquidos						462.103		462.103
Ajuste de Exercícios Anteriores						8.841		8.841
Constituição de Reservas			23.105	220.586		(243.691)		
Realização de reserva de reavaliação		(1.087)				1.087		
JCP e Dividendos					109.749	(219.499)		(109.750)
Outros Resultados Abrangentes							399.684	399.684
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	1.061.005	78.009	58.399	725.191	109.749	8.841	(292.982)	1.748.212
	Capital	Reservas			Dividendos Adicionais	Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção				
Saldo 01 de janeiro de 2021 (Publicado)	1.061.005	78.009	58.399	725.191	109.749	8.841	(292.983)	1.748.212
Ajuste de Exercícios Anteriores						385		385
Saldo 01 janeiro de 2021 (Reapresentado)	1.061.005	78.009	58.399	725.191	109.749	9.226	(292.982)	1.748.597
Lucros/Prejuízos Líquidos						390.984		390.984
Constituição de Reservas			19.549			(19.549)		
Realização da reserva de reavaliação		15.267			8.975			24.242
Outros Resultados Abrangentes							(37.689)	(37.689)
Dividendos propostos					175.746	(380.661)		(195.940)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.061.005	93.276	77.948	725.191	294.471	0	(330.672)	1.921.219

Nota 1. Contexto Operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO é empresa pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Economia, com sede em Brasília-DF. Foi criada pela Lei nº 4.516/1964, regida pela Lei nº 5.615/1970 e, de forma suplementar, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016. Além desses, conduzido pelo seu Estatuto Social vigente e demais normativos legais que lhe forem aplicáveis.

Com sede em Brasília-DF, o SERPRO está presente em todo o país, seja com infraestruturas físicas em 11 capitais, seja com sua robusta infraestrutura tecnológica que interconecta todas as regiões do Brasil. A capacidade tecnológica e ampla experiência possibilita o desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal, oferecendo serviços de inteligência em Tecnologia da Informação – TI para os setores público e privado. O SERPRO como propulsor da transformação digital no país, está atento à exigência legal de desenvolver soluções tecnológicas que atendam ao relevante interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional. A Empresa busca ser reconhecida como viabilizadora do governo digital e que tem compromisso com segurança e proteção de dados do cidadão contra uso indevido e não autorizado, tendo por premissa, ser referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Ao longo de seus 57 anos de existência, o SERPRO vem acumulando resultados positivos que confirmam o seu protagonismo na transformação digital do país. Em 2021, a empresa melhorou e ampliou a qualidade dos resultados por meio do aumento de receitas e otimização de gastos. O bom desempenho econômico-financeiro tem se tornado uma constante, gerando recursos próprios para investimentos em infraestrutura, de modo a evitar a obsolescência do parque tecnológico e fortalecer a capacidade operacional.

As soluções desenvolvidas pelo SERPRO de maior destaque no ano foram o *gov.br*, que já reúne mais de 117 milhões de pessoas cadastradas, e o “Embarque +Seguro”, que está levando a tecnologia de ponta de reconhecimento facial aos aeroportos brasileiros. Além disso, novas soluções apresentadas ao mercado, como o “Titula Brasil”, solução que facilita a regularização fundiária de imóveis rurais em todo o país e a infraestrutura tecnológica para apoiar o “Floresta +”, programa que visa criar e consolidar o mercado de serviços ambientais. Essa evolução coloca a Empresa em uma usina de novos produtos e serviços, rompendo a barreira da inovação e firmando em empresa de excelência no setor público e privado.

Cabe destacar que, em 2021, o SERPRO foi desafiado a assumir novas parcerias e registrou um recorde no número de entregas. A plataforma *Booster* do SERPRO Ventures recepcionou 160 *startups*, 165 analistas foram contratados temporariamente e a nuvem da Empresa foi reforçada com a chegada da Oracle, que já reúne parcerias com AWS, Huawei e Microsoft.

Internamente, o SERPRO segue com ações de transformação digital com a digitalização de mais de 100 modelos de documentos, o que agiliza as operações, facilita o rastreamento, reduz os custos e garante o tratamento adequado das informações. Em 2022, 70% dos processos de documentação devem migrar para o digital, com meta de 100% prevista para o ano subsequente.

Para os desafios impostos pela pandemia, a Empresa atuou de forma desafiadora e garantiu bons resultados, suportando atendimento imediato causado pela Covid-19 e reforçando a estratégia empresarial com parcerias, inovação, subcontratação e lançamento de produtos.

Esse protagonismo contribuiu para o reconhecimento internacional do Brasil em tecnologia, conquistando o título de 7º país do mundo em maturidade digital, concedida pelo Banco Mundial, principalmente pelo *gov.br*, além de reconhecimentos importantes como a 3ª estatal federal mais transparente do país, conferida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, Nível 1 em índice de governança, concedida pelo Ministério da Economia e prêmios de destaque no mercado como o Melhor app de Governo, pelo *gov.br* concedida pelo Júri Popular do iBest, top 3 pelo app CDT concedida pelo júri da Academia do iBest, melhor empresa de serviços de governo, concedida pelo Anuário Informática Hoje e prêmio de Melhores Práticas em Equilíbrio Trabalho-Família, concedido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH.

1.1. Informações gerais do contexto econômico e considerações acerca da COVID-19

Em 2021, o Brasil sofreu com os impactos da chamada “segunda onda” do COVID-19 (*coronavirus disease – 19* - doença causada pelo coronavírus – 19.) Os reflexos afetaram diretamente a atividade econômica, que já apresentava àquela época sinais de recuperação. As medidas tempestivas de contenção adotadas pelo Governo Federal possibilitaram maior flexibilização das restrições sanitárias. Isso melhorou a atividade econômica.

Segundo o boletim Focus, de 31/12/2021, a projeção do mercado é que o PIB nacional tenha uma recuperação em torno de 4,5%, quando comparado ao ano anterior, patamar ainda superior aos 3,5% projetados em janeiro de 2021.

Em meio a esse cenário, o SERPRO demonstrou resiliência, adaptabilidade às mudanças e agiu com tempestividade para responder às alterações de cenário no ambiente externo minimizando os efeitos da pandemia no desempenho empresarial. A continuidade de ações de gestão empresarial, implementadas durante o exercício de 2020, com foco em aumento de produtividade, adaptabilidade empresarial, conquista de novos clientes e otimização dos recursos, foram determinantes para o resultado alcançado no exercício 2021, quando apresentou lucro líquido de R\$ 391 milhões, e EBITDA de 647,7 milhões, o que representa crescimento de 33,4% quando comparado ao exercício anterior, evidenciando melhoria consistente no desempenho operacional da organização.

O cenário fiscal do país se mantém o mesmo, o SERPRO continua sendo impactado, uma vez que os principais clientes da Empresa são unidades do Governo dependentes de recursos do Orçamento Geral da União – OGU.

Em contraponto às restrições dos clientes públicos, nota-se expressivo crescimento nas receitas provenientes de clientes privados. Ao final de 2021, observou-se crescimento de 22,97% quando comparado ao exercício 2020. Esse resultado demonstra o acerto da estratégia adotada de intensificar a diversificação da carteira de clientes e a geração de novos negócios, com o resultado expressivo da expansão das receitas no mercado privado, que representou 15,2% de toda receita bruta operacional apurada em 2021.

A Empresa atuou de forma tempestiva e proativa ao apoiar o governo na retomada do crescimento econômico, minimizando os efeitos provocados pela pandemia, por meio da entrega de soluções digitais especialmente nas áreas de gestão pública, infraestrutura, saúde, ambiental e tributária.

A administração segue observando atentamente o contexto atual da pandemia, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros, e principalmente ações voltadas à preservação da saúde dos empregados. Cabe destacar que, até o momento, não houve ocorrências que requeressem registros com impactos negativos na situação patrimonial do SERPRO, haja vista: a continuidade de prestação de serviços junto aos clientes; a consequente manutenção do valor de uso de seus ativos; e o fortalecimento da posição da Empresa como responsável pelos sistemas estruturantes do Governo Federal.

Nota 2. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras do exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2021, foi autorizada pela Administração da Empresa em reunião realizada em 26 de janeiro de 2022.

As demonstrações obtiveram manifestação favorável do Conselho de Administração, em reunião conjunta com o Conselho Fiscal, em **17 de março de 2022**, e serão submetidas à aprovação em Assembleia Geral Ordinária no dia **26 de abril de 2022**.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido, das provisões trabalhistas, cíveis e administrativas, que são mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação e suas variações impactam diretamente o resultado do exercício, e das provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da Empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, que podem impactar tanto resultado do exercício quanto outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real e, para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua e as revisões dessas estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.5. Mensuração do valor justo

A mensuração a valor justo dos ativos financeiros ocorre pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado, e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

2.6. Reclassificações

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas a períodos anteriores podem ser reclassificadas. Tais reclassificações não atendem ao critério de materialidade e, portanto, não são objeto de reapresentação de balanço. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo de demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas, conforme demonstrado a seguir:

2.6.1. ISS a Compensar

Foi divulgado em 2020 como redutor de Tributos e Encargos Sociais, e reclassificado para Créditos Tributários (NE 6.4).

Descrição	Em milhares de R\$		
	Reclassificado 2020	Reapresentado 2020	Publicado 2020
Ativo	4.220.122	4.219.375	4.210.534
Créditos Tributários – AC	110.096	109.349	109.349
Tributos e Encargos – PC	164.850	164.103	164.103

2.7. Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

A Empresa apresenta a Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, conforme NBC TG 03 (R3), pelo método direto, com reconciliação, em nota explicativa (NE 5.3), pelo método indireto.

2.8. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Empresa elabora DVA, conforme NBC TG 09, em que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota 3. Mudanças de política contábil com efeito retroativo

Considerando a aplicabilidade do disposto na NBC TG 48 Instrumentos Financeiros o SERPRO identificou, no 1º trimestre do exercício de 2021, a necessidade de alteração de sua política contábil referente à apuração das Perdas Estimadas para Créditos em Liquidação Duvidosa – PECLD a qual nos termos da NBC TG 23 (item 29) Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro requer a reapresentação dos valores correspondentes aos exercícios afetados.

3.1. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa

O novo método para cálculo da PECLD redimensiona o risco de recebimento dos créditos com clientes, de acordo com cada segmento classificado pelo SERPRO. Isso permite melhor qualificação de risco de perda dos créditos e garantia da melhoria da qualidade da informação.

À luz da NBC TG 48, considera-se a perspectiva das perdas esperadas. Dessa forma, não é necessário que a perda ocorra para só então reconhecer a redução do valor recuperável.

3.2. Montante dos ajustes

Considerando que a mudança de política contábil é retrospectiva, a reapresentação dos valores aos exercícios anteriores afetados foi realizada e os cálculos afetam até os 3 (três) últimos exercícios, quais sejam 2018, 2019 e 2020, nos termos do que define a NBC TG 23 (item 19. b).

Em milhares de R\$	
Exercício	Ajuste
2018	4.531
2019	24.966
2020	(20.655)
Total	8.841

3.3. Impacto no Ativo Fiscal Diferido

A reversão da provisão reduziu o Ativo Fiscal Diferido – AFD, tendo em vista que a PECLD é base de cálculo para sua constituição à alíquota de 34%.

Exercício	PECLD	AFD	Em milhares de R\$	
			Líquidos	Acumulados
2018	6.865	(2.334)	4.531	4.531
2019	37.827	(12.861)	24.966	29.497
2020	(31.296)	10.641	(20.656)	8.841
Total	13.396	(4.555)	8.841	

3.4. Impacto nas demonstrações financeiras

Com a adequação dos procedimentos contábeis a NBC TG 28 houve reversão dos valores provisionados nos exercícios supracitados, destarte, o impacto nas demonstrações financeiras foi de R\$ 8,8 milhões acumulados dos últimos 3 exercícios e registrados no Patrimônio Líquido (Ajustes de exercícios anteriores), em que R\$ 13,4 milhões foram reversão de PECLD e R\$ 4,6 milhões reversão de AFD, conforme demonstrado nos balanços reapresentados.

Exercício	Balanço Patrimonial				Resultado do Exercício	
	Ativo		Patrimônio Líquido		Publicado	Reapresentado
	Publicado	Reapresentado	Publicado	Reapresentado		
2018	2.970.988	2.975.519	978.452	982.983	459.702	464.233
2019	3.685.986	3.715.482	987.334	1.016.830	486.849	511.815
2020	4.210.534	4.220.122	1.739.371	1.748.212	462.103	441.447

O valor do ativo reapresentado de 2020 está acrescido de R\$ 8,8 milhões e da reclassificação, conforme demonstrado na nota 2.6.1.

Nota 4. Principais políticas contábeis

Considerando o que dispõe a norma contábil, as práticas mais significativas aplicadas pelo SERPRO no exercício de 2021 estão apresentadas a seguir:

4.1. Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. Nos casos em que não for possível fazer uma estimativa confiável do preço de venda de um ativo, utiliza-se o valor em uso.

4.2. Ativo Intangível

Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, e estão diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

4.3. Ativo não circulante mantido para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda, se o objetivo da administração for a sua destinação para venda.

4.4. Benefícios a empregados

Os benefícios aos empregados compreendem os benefícios de curto prazo, cuja liquidação é esperada que ocorra em até 12 meses. Fazem parte deste rol, os benefícios pós-emprego, e os benefícios rescisórios, referentes ao Programa de Demissão Voluntária oferecido pelo SERPRO.

As obrigações de curto prazo desses benefícios são reconhecidas como despesas de pessoal, de acordo com a prestação do serviço correspondente. As obrigações com benefícios pós-emprego a empregados são constituídas de Planos de previdência complementar (Planos de benefício definido e Planos de contribuição variável) e Programa de Assistência à Saúde (PAS/SERPRO).

Em decorrência da realização de Programa de Demissão Voluntária (PDV), o SERPRO oferece a seus empregados aptos benefícios resultantes da decisão do empregado de aceitar uma oferta por parte da Empresa em troca da rescisão do contrato de trabalho.

4.5. Caixa e equivalente de caixa

Compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com realização imediata, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O risco de alteração no valor justo é irrelevante.

4.6. Gastos subsequentes

Incorporados somente nos casos em que os benefícios econômicos futuros sejam auferidos para a entidade.

4.7. Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal, através da decisão da Ação Cível Originária – ACO 2.658, concedeu ao SERPRO imunidade tributária com base no artigo 150, inciso VI, alínea a, da Constituição Federal de 1988.

Sua aplicabilidade está condicionada, exclusivamente, às situações em que a empresa prestar serviços a órgãos e entidades da administração pública.

Nas situações em que a Empresa estiver prestando serviços a entidades de natureza jurídica de direito privado a tributação está mantida.

4.8. Instrumentos financeiros

Em relação à NBC TG 48 (rev. 14) e CPC 48 (rev. 14), estão incluídos, no SERPRO, os itens patrimoniais: fundo de aplicação extramercado; créditos a receber de clientes; investimentos em incentivos fiscais; e contas a pagar ou fornecedores.

4.8.1. Fundo de aplicação extramercado

São valores de curto prazo, geralmente classificados como caixa e equivalentes de caixa, uma vez que podem ser resgatados para fins de fluxo de caixa. Em todos os casos, a mensuração ocorre pelo valor justo com contrapartida em conta de resultado (VJR), uma vez que no caso de caixa e equivalente de caixa são considerados, nos termos da NBC TG 48, como mantidos para negociação.

4.8.2. Créditos a receber de clientes

Não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento médio de trinta dias, ou seja, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável também o cálculo de ajuste a valor presente. Nos termos da NBC TG 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, portanto, reconhecidos pelo custo amortizado.

4.8.3. Contas a pagar ou fornecedores

Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável

também o cálculo de ajuste a valor presente. É reconhecido pelo custo amortizado, não se alterando a forma anterior de reconhecimento. Conforme acima, os grupos relevantes afetados pela NBC TG 48 não foram impactados no SERPRO. O quadro abaixo sintetiza as principais informações:

Grupo	Modelo de Negócio	Objetivo	Mensuração
1. Fundo de aplicação extramercado	Mantido para negociação e realização	Valorização do recurso e liquidez	Valor Justo em Resultado
2. Créditos a receber de clientes	Mantido para receber fluxos de caixa	Manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais	Custo amortizado
2.1 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	Mantido para receber fluxos de caixa	Manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais	Estimativa de perdas futuras em Resultado
3. Investimentos em incentivos fiscais	Mantido para venda do ativo (não mantido para negociação ou negociação futura)	Usufruir dos benefícios fiscais e vender o ativo	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes
4. Contas a pagar e fornecedores	Mantido para manutenção das atividades operacionais	Financiar as atividades operacionais; manter até o vencimento.	Custo amortizado

4.9. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

O cálculo para PECLD considera perfil de pagamento dos clientes, levando em consideração a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência e a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica.

Os tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado e, a partir desta segmentação é analisado o comportamento histórico do desempenho de pagamentos dos clientes, no intuito de determinar o padrão de comportamento passado, avaliar as condições atuais, e realizar estimativas de acordo com a probabilidade de perda, recuperabilidade dos recebíveis e, impacto das condições econômicas, identificando o risco inerente a cada esfera. Permanecem incluídos também como PECLD os valores em avaliação de direito registrados, integralmente, no ativo não circulante.

4.10. Provisões trabalhistas e cíveis

A provisão do passivo trabalhista e cível é reconhecida considerando os processos judiciais classificados como estratégicos e não estratégicos.

Os processos classificados como estratégicos são aqueles que possuem risco de desembolso acima de R\$1,2 milhão na data da provisão e, os processos classificados como não estratégicos são aqueles cujos valores de risco são inferiores a R\$1,2 milhão.

Os processos estratégicos provisionados são aqueles cujo risco de perda seja igual a certo ou provável, que possuem uma estimativa confiável de seu valor e com a previsão de desembolso no curto prazo, independentemente da fase processual.

Os processos não estratégicos são provisionados, independentemente do risco e da fase processual, através da aplicação da metodologia do tíquete médio de pagamentos (por tipo de pedido principal) dos processos arquivados nos últimos 5 anos, multiplicado pela quantidade dos processos ativos no período em análise.

4.11. Provisões administrativas e tributárias

O SERPRO obteve imunidade tributária através da Ação Cível Originária – ACO 2.658, com base no artigo 150, inciso VI, alínea a, da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, os tributos de natureza indireta, incluídos nos preços dos serviços prestados a órgãos e entidades da administração pública, e não recolhidos em virtude da aplicação de imunidade tributária, estão registrados em Provisões Administrativas no passivo não circulante para ressarcimento aos clientes, após decisão definitiva favorável pelo fisco.

Nos casos em que a decisão judicial ou administrativa ainda está em fase preliminar, o registro dessas provisões ocorre no passivo não circulante em Obrigações Tributárias.

Quando o SERPRO toma conhecimento do benefício da imunidade tributária em determinado município, seja administrativo ou judicial, é feito um comunicado à gerência de contas a receber para que haja adequação na emissão das notas fiscais que passam a considerar os efeitos desse benefício fiscal. Em 2021, se mantém os benefícios da imunidade tributária nas seguintes filiais: Brasília, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro.

4.12. Receita operacional

Nos termos da NBC TG 47, o SERPRO adota critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. Dessa forma, são contabilizadas além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência.

Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se, mensalmente, a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

4.13. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

O SERPRO avalia anualmente o valor dos seus ativos que geram resultado, por meio do fluxo de caixa projetado trazido a valor presente, revisão da vida útil dos equipamentos de *hardware*.

Os ativos classificados para fazer o teste de recuperabilidade (*impairment*), conforme a NBC TG 01 (R4) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, passam pela avaliação da Comissão de Avaliação de Ativos – CAA, criada em julho de 2021, com membros das Diretorias de Administração, Desenvolvimento e Operações, devidamente capacitados e orientados pela contabilidade.

O teste de recuperabilidade utilizou o produto hospedagem de aplicações como parâmetro para segregar os ativos e formar unidades geradoras de caixas independentes, mesmo que o serviço de segurança esteja interligado a ele. Essa abordagem incluiu, para fins de comparabilidade, os valores a serem recuperados tanto os bens móveis caracterizados como *hardware*, quanto os intangíveis, referentes a *softwares* vinculados aos produtos de hospedagem, desenvolvimento, segurança, Emplaca e Datavalid. Levando-se em conta que, os ativos avaliados não tiveram indicação de desvalorização, conclui-se que não houve a perda de valor dos ativos em relação ao mercado ou ao valor justo, não sendo justificada a necessidade de realizar o teste de recuperabilidade de ativos.

4.14. Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas que guardam, em sua essência, relações entre si, foram consideradas, para fins de apresentação, pelo valor líquido em razão de possuírem natureza semelhante.

Ativo

Ativo Circulante

Nota 5. Caixa e equivalente de caixa

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Caixa/ Bancos	478	139.930
Aplicação financeira	1.869.271	1.554.565
Caixa e equivalente de caixa	1.869.748	1.694.495

5.1. Bancos conta movimento

O valor de R\$ 478 mil são recursos financeiros disponíveis e depositados na conta limite de saque com vinculação de pagamento, sendo R\$ 194 mil em conta internacional, com dólar cotado à R\$ 5,5805, em 31/12/2021.

5.2. Aplicação financeira

Descrição	Em milhares de R\$			
	Rentabilidade (%)		Dez/2021	Dez/2020
	Mês	Ano		
BB Extramercado FAE Fundo Investimento Renda Fixa	0,8694	2,668	1.197.251	510.405
CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1	0,8623	2,818	672.020	1.026.800
Total			1.869.271	1.554.565

Trata-se de aplicações financeiras de alta liquidez. Nos termos estabelecidos na Resolução 3.284, de 15/05/2005, do Banco Central do Brasil – BCB, a quantia de R\$ 1.869 milhões está aplicada no mercado financeiro, contemplando os fundos de investimento, lastreados em títulos públicos federais, cujas rentabilidades acompanham o comportamento da taxa básica de juros, SELIC. O Rendimento anual líquido sobre as aplicações financeiras em 2021 foi de R\$ 40,7 milhões (R\$ 38,8 milhões em 2020).

5.3. Reconciliação do Fluxo de Caixa

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	390.984	441.447
Resultados que não afetaram o caixa		
Depreciação e amortização	100.820	97.377
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.257	61.998
Provisão acordo coletivo de trabalho	(19.281)	19.281
Provisões Trabalhistas, Cíveis e Administrativas	(5.062)	39.379
Provisões do Plano de Previdência Complementar	37.669	
Créditos tributários diferidos	229.038	10.255
Receitas Financeiras	(9.613)	(20.309)
Softwares Desenvolvidos	(4.961)	
Baixa de Ativo Imobilizado	9.113	
Lucro ajustado	754.964	649.428
Movimentações Patrimoniais Ativas	(235.698)	13.700
Movimentações Patrimoniais Passivas	53.167	248.735

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais (a)	572.434	911.862
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (b)	(175.836)	(107.265)
Imobilizado / Intangível	(175.836)	(107.265)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (c)	(221.344)	(117.613)
Dividendos pagos	(221.344)	(117.613)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa no período (a) + (b) + (c)	175.253	686.985
Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa	1.694.495	1.007.510
Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa	1.869.748	1.694.495

Nota 6. Créditos a receber

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Clientes	530.366	460.413
Ressarcimento de pessoal	85.134	99.145
Créditos diversos a receber	20.417	41.165
Créditos tributários	114.810	110.096
Total	750.727	710.818

6.1. Clientes

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Créditos a receber a faturar	159.152	146.646
Créditos a receber de clientes a vencer	116.578	181.340
Vencidos até 30 dias	17.433	10.147
Vencidos de 31 a 60 dias	11.537	29.916
Vencidos de 61 a 90 dias	3.988	13.860
Vencidos de 91 a 180 dias	43.228	19.953
Vencidos de 181 a 365 dias	73.214	45.156
Vencidos acima de 365 dias	230.934	113.781
Créditos a receber	656.064	560.799
PECLD	(125.698)	(100.386)
Total	530.366	460.413

Os valores dos créditos a receber de clientes no encerramento do exercício, registrados no curto prazo (R\$ 656,1 milhões), são apresentados no balanço, deduzidas das perdas estimadas em créditos em liquidação duvidosa (PECLD) no valor de R\$83,3 milhões e de perdas incorridas no montante de R\$42,4 milhões.

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Faturas a Receber	261.165	258.374
PECLD	(261.165)	(258.374)

Os valores de créditos a receber de clientes, registrados no longo prazo (R\$ 261,5 milhões), referem-se a faturas de clientes em avaliação de direito, em sua maioria em processo de conciliação e estão contabilizados como perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

6.2. Ressarcimento de Pessoal cedido a órgãos externos

Em dezembro de 2021, o SERPRO estava com 2.078 empregados cedidos aos órgãos do governo federal, do total de 7.832. Em dezembro de 2020, possuía 2.167 e 2.222, em 2019. Em sua grande maioria, vinculados ao Ministério da Economia, que é o responsável pelo processamento e pagamento da folha de salários desses empregados. Destes colaboradores, a Empresa tem direito ao reembolso pelo cessionário, formalizado pela emissão de Notas de Ressarcimento. Estas são o reconhecimento desse direito referente à folha de salário e correlatos, ainda em processo de reembolso (créditos a receber – Fopag).

6.2.1. Valores a serem ressarcidos

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Créditos a receber – Fopag	35.306	38.451
Sentenças judiciais	49.828	54.400
Provisões ACT		6.293
Total	85.134	99.144

As sentenças judiciais referem-se a acordos trabalhistas cujas obrigações constam do passivo circulante, vincendas nos próximos doze meses.

6.3. Créditos diversos a receber

O saldo de R\$ 20,4 milhões representa créditos decorrentes de folha de pagamento.

6.4. Créditos tributários

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Tributos Federais – IRPJ e CSLL	104.591	109.349
IR e CSLL a recuperar/compensar	201.973	177.552
IRRF a compensar	6.404	8.382
IRPJ a recolher	(40.869)	(38.090)
CSLL a recolher	(62.917)	(38.495)
Tributos Municipais		
ISS a compensar	10.219	747
Total	114.810	110.096

O valor líquido de IRPJ e CSLL, de R\$ 104,6 mil, representa a diferença entre as antecipações decorrentes de retenção na fonte, os pagamentos realizados por estimativas, e os valores desses tributos devidos no final do período. Em ISS a compensar constam as retenções efetuadas por clientes imunes do DF realizadas após a obtenção da imunidade tributária.

Nota 7. Ativo não circulante para venda

Os imóveis não inseridos no contexto operacional da Empresa e com venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração estão classificados no Ativo circulante mantido para venda e estão

em conformidade com a Resolução nº 190 de 14/07/2021 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos.

O valor total de mercado dos imóveis mantidos para venda, de acordo com laudo de avaliação é de R\$ 35,9 milhões. Cumpre destacar que no quarto trimestre ocorreu a venda de um dos imóveis mantidos para venda, trata-se da realização da venda de casa localizada no município de Teresópolis. Permanecem para venda os bens localizados no Distrito Federal e em São Paulo, cujo valor contábil é de R\$ 2,5 milhões.

Nota 8. Realizável a longo prazo

8.1. Depósitos judiciais e recursais

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Depósitos judiciais e recursais*	405.474	269.393
Ações fiscais	6.351	6.351
Total	411.825	275.744

8.1.1. Depósitos judiciais e recursais

Representa garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. Conforme o artigo 899, parágrafo 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT Decreto-Lei nº 5.452/1943, todos os depósitos para recursos passaram a ser feitos em conta vinculada ao juízo, e corrigidos com os mesmos índices da poupança.

Os depósitos judiciais e recursais se referem ao depósito administrativo de autuação fiscal, com a finalidade de afastar os encargos moratórios da penalidade imposta, no caso de não acolhimento dos argumentos de defesa.

8.1.2. Ações fiscais

As ações fiscais se referem ao procedimento administrativo fiscal – PAF iniciado em 2010, pela Receita Federal do Brasil – RFB. À época, foi realizado um depósito no valor de R\$ 6,2 milhões, cuja finalidade foi a de afastar os encargos moratórios da penalidade imposta.

O Recurso Voluntário interposto pelo SERPRO junto ao Conselho Administrativo de Recursos Federais – CARF, apreciado em 02/09/2020, teve os argumentos da Empresa acolhidos de forma unânime, declarando-se a nulidade da autuação fiscal por erro de capitulação. Contrariamente, a Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial para a Câmara Superior de Recursos Fiscais – CSFR do CARF. Contudo, este não foi provido, e teve o trânsito em julgado administrativo favorável à Empresa. Com isso, foi requerida a devolução do depósito realizado em 2010. Dessa forma, o SERPRO aguarda as providências por parte da RFB, no sentido de disponibilizar os valores para levantamento ou compensação.

8.2. Ressarcimento de pessoal

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Despesas judiciais	155.642	200.871
Provisões trabalhistas	145.911	113.451
Total	301.553	314.322

As despesas judiciais, ainda a serem quitadas, se referem às notas de ressarcimento (reembolso) dos acordos e processos trabalhistas dos empregados cedidos a outros órgãos, em sua maioria da Receita Federal do Brasil. Quanto às provisões trabalhistas, estas são os demais processos trabalhistas de pessoal do quadro externo, conforme controle do departamento jurídico.

8.3. Créditos tributários diferidos

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Ativo fiscal diferido	313.487	615.687
Passivo fiscal diferido	(46.098)	(115.572)
Total	267.389	500.115

O saldo representa a diferença entre o Ativo Fiscal Diferido e o Passivo Fiscal Diferido constituído sobre as adições e exclusões temporárias na apuração do IRPJ e CSLL e o crédito tributário sobre base negativa da contribuição social.

8.4. Créditos realizáveis a longo prazo

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Créditos a Receber de Fundos de Pensão		
Superávit SERPROS		24.174
Letras Financeiras de Santa Catarina	95.554	84.096
Demais Créditos Realizáveis Longo Prazo	7	22
Total	95.561	108.292

Os créditos realizáveis a longo prazo são compostos, principalmente, pelos créditos a receber de Fundos de Pensão, provenientes dos direitos relacionados às Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC).

8.4.1. Superávit SERPROS

Em 2021, foram recebidas oito parcelas sob a forma de abatimento das contribuições do patrocinador, totalizando R\$ 15,8 milhões e reconhecido o montante de R\$ 2,9 milhões de rentabilidade. Em virtude do previsto na Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018, que dentre outras questões, dispõe sobre os procedimentos de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC em relação à destinação e utilização de superávit foi interrompida em setembro/21 a distribuição ao patrocinador das parcelas pendentes. A interrupção se justifica pelo previsto no artigo 23 da já citada resolução, abaixo transcrito, e está embasado em parecer técnico emitido pelo SERPROS:

Art. 23 A utilização da reserva especial será interrompida e os fundos presidenciais de que trata o art. 22 serão revertidos total ou parcialmente para recompor a reserva de contingência ao patamar estabelecido no art. 15, quando for inferior ao montante apurado a título de reserva de contingência.

Por fim, para o encerramento do exercício social, após manifestação da EFPC sobre os indícios de que o plano não conseguiria elevar o nível de superávit a ponto de superar o valor necessário a constituição da reserva de contingência de forma a permitir a retomada da distribuição do superávit até dezembro de 2021, a empresa optou por proceder a baixa dos valores ora registrados nos créditos realizáveis a longo prazo, R\$ 31,3 milhões.

8.4.2. Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina

Na condição de patrocinador do Fundo de Previdência Complementar, SERPROS, e tendo em vista contrato de migração do plano de aposentadoria denominado PS I para o plano PS II, ocorrido em setembro/2013, registrou-se o direito a receber o montante de 60,2 milhões.

O Fundo efetuará o pagamento através de precatório referente a valor ajuizado contra o Estado de Santa Catarina. O direito do patrocinador corresponde a 42,7% do total desse precatório, após desconto de honorários de 3%. Com base em dados fornecidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina o total atualizado do precatório em 31/12/21 monta em R\$ 230,6 milhões resultando em um direito atualizado de 95,6 milhões.

Nota 9. Imobilizado

Descrição	Em milhares de R\$			
	Saldo Dez/2021	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido Dez/2021 Dez/2020	
Edifícios	145.174	(45.400)	99.774	101.548
Terrenos	56.491		56.491	65.604
Estudos e projetos				
Obras em andamento	14.754		14.754	10.722
Instalações	141.452	(112.971)	28.481	42.363
Benfeitorias propr. terceiros	1.817	(1.720)	97	222
IPC/90	19.210	(2.531)	16.679	16.679
Bens móveis	1.124.645	(733.739)	390.906	311.007
Total	1.503.543	(896.361)	607.182	548.144

9.1. Adições e Exclusões

Descrição	Em milhares de R\$			
	Saldo Dez/2020	Adições	Alienações/ Baixas	Saldo Dez/2021
Edifícios	145.174		(9.113)	145.174
Terrenos	65.604			56.491
Obras em andamento	10.722	4.032		14.754
Instalações	141.435	17		141.452
Benfeitorias propr. terceiros	1.817			1817
IPC/90	19.210			19.210
Bens móveis	1.029.038	95.607		1.124.645
Total	1.412.999	99.656	(9.113)	1.503.543

9.2. Movimentação da depreciação e amortização

Descrição	Dez/2020	Depreciação/ Amortização	Dez/ 2021
Edifícios	(43.626)	(1.774)	(45.400)
Terrenos			
Instalações	(99.072)	(13.899)	(112.971)
Benfeitorias propr. terceiros	(1.595)	(125)	(1.720)
IPC/90	(2.531)		(2.531)
Bens móveis	(718.031)	(15.708)	(733.739)
Total	(864.855)	(31.506)	(896.361)

9.3. Revisão de vida útil

Em 2021, as vidas úteis dos equipamentos foram revistas por meio de estudos realizados por especialistas da Empresa, cujo objetivo foi aderir o tempo de obsolescência à necessidade de renovação do parque tecnológico.

A partir da reclassificação, os equipamentos de tecnologia da informação e comunicação passaram a ter vida útil de 84 meses, compatível com o período em que a Empresa espera utilizá-los, antes de se tornarem obsoletos. Os bens tiveram suas cotas de depreciação recalculadas a partir do valor contábil em janeiro de 2020 e vidas úteis remanescentes. Seus ajustes foram registrados no mês de dezembro de 2020.

Dessa forma, ao longo de 2021, houve a continuidade dessa sistemática. Conforme alinhamento da Empresa, os bens totalmente depreciados, ainda que pelo novo período estabelecido pela área técnica, foram encaminhados para descarte e substituição, devido à obsolescência.

Nota 10. Intangível

Descrição	Em milhares de R\$			
	Dez/20	Adições	Exclusões	Dez/21
Software	643.301	52.061		695.362
(Amortização acumulada)	(579.006)	(23.145)	(2.147)	(604.298)
Total	64.295	28.916	(2.147)	91.064

O saldo líquido correspondente a licenças de *softwares* e soluções empregadas na produção de serviços de TI permanece em processo de amortização.

10.1. Reconhecimento de *softwares* internos

Com o intuito de implantar a correta classificação dos ativos intangíveis gerados internamente, e assim, se adequar aos normativos vigentes, foi realizada no ano corrente de 2021, a primeira mensuração de gastos na construção de soluções de TI. Para tanto, utilizou-se ferramentas corporativas, e os custos incorridos foram reconhecidos de modo a evidenciar fidedignamente todos os ativos intangíveis gerados internamente. O arquivo gerado pelo sistema de custos da Empresa já vem destacado quais são os códigos de serviços internos ativos, evidenciando em que fase os gastos estão associados às soluções de TI, e quais são os valores gastos mensalmente para a construção/ manutenção evolutiva.

Para o exercício de 2021, após esta etapa, associou-se cada gasto aos grupos das contas de resultado correspondentes, inclusive, criação de contas de receitas específicas, com redução de custos. Ao final desta sistematização, chegou-se ao total de R\$ 4,2 milhões nos nove primeiros meses de 2021, cujo montante foi contabilizado em novembro. Por esse motivo, houve redução nas despesas dos respectivos meses. Diante do exposto, o encerramento do exercício de 2021 fechou com o montante de R\$ 5 milhões de *softwares* desenvolvidos internamente. A amortização destes *softwares* utiliza como critério a idade do SERPRO no ano correspondente, sendo que, a vida útil é revista anualmente, no mês de dezembro.

Passivo

Passivo Circulante

Nota 11. Consignações

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez20/20
Previdência social	14.359	14.810
Pensão alimentícia	70	36
IRRF	33.591	49.983
Tributos Federais Retidos na Fonte	2.582	16.487
ISS	753	427
Plano de Previdência e Assistência Médica	27.617	9.960
Entidades Rep. Classes	157	154
Empréstimos, Retenções e Consignações	4.174	3.573
Total	83.303	95.430

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e também de tributos retidos de fornecedores.

Nota 12. Tributos e encargos sociais

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez20/20
Passivo fiscal diferido (NE 12.1)	42.184	72.393
PASEP / COFINS a recolher (NE 12.2)	74.953	62.009
CPRB a recolher (NE 12.3)	14.725	16.904
FGTS	6.079	4.503
ISS a recolher	12.723	8.471
Outros tributos	1.062	571
Total	151.724	164.850

12.1. Passivo fiscal diferido

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/1020
IRPJ/CSLL s/ Crédito Superávit		7.534
Tributos s/ Crédito de Clientes a Faturar	42.184	64.859
IRPJ/ CSLL	17.804	42.133
Demais Tributos s/ Receita Bruta	24.380	22.726
Total	42.184	72.393

O IRPJ e CSLL diferidos sobre crédito de superávit foi revertido em virtude da suspensão do pagamento de superávit. Os tributos incidentes sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar (R\$ 42 mil) decorrem do reconhecimento da receita em conformidade com a NBC TG 47. Os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS.

Nota 13. Obrigações a pagar

13.1. Fornecedores

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
A vencer	219.781	163.754

O aumento do saldo da conta de obrigações a pagar junto a fornecedores, em 34,2%, quando comparado ao ano anterior, se deve, principalmente, ao aumento do nível de execução de gastos com custeio, notadamente novas contratações de subscrição de *softwares* e novas contratações de consultorias técnicas em *softwares*. Houve ainda um aumento do nível de execução de gastos com investimentos no exercício, cujo reflexo pode ser observado nas movimentações do imobilizado.

13.2. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Férias	193.365	183.762
Licença prêmio	132.378	121.400
Pessoal a Pagar	4.735	4.660
Total	330.478	309.822

13.3. Ações do Programa de Demissão Voluntária - PDV

Em outubro de 2021 foi lançado o edital do Programa de Demissão Voluntária – PDV, edição 2021. O principal objetivo do programa foi normatizar o fluxo de saída de empregados, para redimensionamento do quadro de pessoal e readequação da estrutura funcional da empresa.

O programa ocorreu em duas etapas abrangendo primeiramente os empregados lotados em escritórios e aqueles do cargo de auxiliar, e em uma segunda etapa os cargos de técnicos e analistas.

O PDV 2021 foi aberto apenas para os empregados que detinham as condições necessárias em 30/09/21, sendo elas: ter 55 anos ou mais de idade; ter 10 anos ou mais de trabalho no SERPRO; não estar em período de experiência ou vinculado a contrato por prazo determinado. O referido programa contou com a adesão de 136 empregados que tiveram o contrato de trabalho encerrado em novembro/dezembro de 2021. O valor do incentivo representou o montante de R\$ 21,3 milhões reconhecidos integralmente a título de incentivo e verbas indenizatórias no resultado do exercício corrente.

13.4. Processo trabalhista a pagar

Neste grupo, são registrados os valores a pagar decorrentes de acordos judiciais, R\$ 56,0 milhões em 2021 (R\$ 54, 4 milhões, 2020) em ações trabalhistas movidas por empregados do quadro externo, cedidos à Receita Federal do Brasil e do quadro interno. Com relação aos valores decorrentes de acordo em ação movida por empregados do quadro externo, os pagamentos das parcelas mensais são ressarcidos pela União.

13.5. Plano de previdência complementar

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Encargos Moratórios	13.344	28.909
Contribuições paritárias	448	7.032
Total	13.794	35.941

O saldo de R\$ 13,8 milhões corresponde, em sua maioria, R\$ 13,3 milhões, ao reconhecimento a título do não pagamento de encargos moratórios junto à EFPC de ação de cobrança de parte relacionada; seguida de R\$ 0,4 milhões, referentes a contribuições normais paritárias a pagar na data do encerramento.

13.6. Participação nos lucros ou resultados

O saldo de R\$ 23,8 milhões, a ser distribuído, da participação de empregados e administradores segue os critérios definidos nos programas de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados – PLR 2021 e Remuneração Variável de Administradores – RVA 2021. Para tanto, a metodologia de cálculo segue o acordo coletivo de trabalho, aprovado pelo conselho de administração, em Assembleia Geral Ordinária. Cabe destacar que a participação dos administradores foi elaborada em atendimento ao disposto no Decreto 8.945/2016.

13.7. Dividendos e juros sobre capital próprio

O saldo foi registrado como remuneração mínima obrigatória ao acionista, sendo que deste montante, R\$ 93,8 milhões corresponde ao cálculo de JSCP apurado ao longo do exercício com base no percentual limite da TJLP 2021. No que se refere à complementação de dividendos, corresponde a diferença entre os 25% do Lucro Líquido ajustado e o Juros sobre Capital Próprio, perfazendo o total de R\$ 95,2 milhões. Adicionalmente foi proposto o pagamento do lucro remanescente, como remuneração complementar ao mínimo obrigatório (NE 17.3.1), representado em Reserva de Dividendos Adicionais Propostos, no Patrimônio Líquido.

Passivo Não Circulante

Nota 14. Obrigações tributárias

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
PASEP/COFINS a recolher (NE 14.1)	246.511	118.576
ISS a recolher (NE 14.2)	144.818	84.589
ISS renegociado (NE 14.3)	38.755	38.755
IPTU a Recolher (NE 14.4)	3.211	
Total	433.295	241.920

Dessas obrigações vincendas após doze meses do encerramento do exercício social, destacam-se:

14.1. PASEP/COFINS a recolher

Representa: a) as contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante (R\$ 13,9 milhões); b) contribuições sobre serviços prestados a clientes públicos imunes, que sofreram alteração do regime não cumulativo para o regime cumulativo, por conta da aplicação da imunidade tributária, a partir de março de 2020. Esse procedimento resultou na transferência de R\$ 232,6 milhões do circulante para o não circulante.

14.2. ISS a recolher

Trata-se de obrigação provisionada no valor de R\$ 144,8 milhões, devido à aplicação da imunidade tributária nos municípios de Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro. Em Brasília não houve a necessidade de provisionamento, pois a imunidade tributária na localidade foi reconhecida definitivamente pelo Governo do Distrito Federal através da publicação do ATO DECLARATÓRIO Nº 622 – NUBEF/GEESP/COTRI/SUREC/ SEF/ SEEC, em 04 de outubro de 2019.

14.3. ISS renegociado

Refere-se ao parcelamento de débito que está com o pagamento suspenso em decorrência da ação de imunidade tributária. Foi ajuizada em 18/10/2019 ação 5019527-94.2019.4.03.6100 de repetição de indébito tributário com o objetivo de recuperar o ISS recolhido entre os anos de 2010 a 2019. Com o ajuizamento da ação, obteve-se decisão liminar para suspensão dos pagamentos dos PATs. Os PATs oriundos de São Paulo –SP eram os únicos programas de parcelamento que o SERPRO possuía.

14.4. IPTU a recolher

Valores relativos ao imposto dos edifícios próprios localizados nos municípios onde a imunidade foi implementada não são recolhidos e seus valores são provisionados até que decisão formal em definitivo sobre a imunidade seja publicada, seja na esfera administrativa ou judicial. Após decisão definitiva favorável os valores poderão ser apropriados pelo SERPRO.

Nota 15. Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Provisões trabalhistas e cíveis (NE 15.1)	433.576	427.209
Provisões administrativas (NE 15.2)	56.996	17.296
Saldo	490.572	444.505

15.1. Provisões trabalhistas e cíveis

Considerando a base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e *praxis* adotada pelo SERPRO, conforme disposto na NE 2.4 que trata, especificamente do uso de estimativas e julgamentos, cabe destacar que no exercício de 2021, a empresa, nos termos do que define a define a NBC 23 (item 34) realizou revisão e consequente alteração da metodologia de cálculo das provisões trabalhistas e cíveis, mediante maior experiência logo, por se tratar de revisão de estimativa não se relaciona com períodos anteriores e nem representa correção de erro.

A provisão do passivo trabalhista e cível foi reconhecida considerando os processos judiciais classificados como estratégicos e não estratégicos e atendem os requisitos de provisão estabelecidos na NBC TG 25 (R2). O impacto no encerramento do exercício, após a revisão da estimativa, representou reversão no resultado de R\$ 46, 7 milhões.

O risco dos processos é atribuído pelo advogado e o valor é apurado pelo perito assistente com base nas decisões proferidas no processo. A maioria quantitativa dos processos na empresa é de natureza trabalhista, representando mais de 99% do passivo provisionado.

A Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis, R\$ 433,6 milhões, são suficientes para representar, os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis.

15.1.1. Movimentação dos processos trabalhistas e cíveis

Descrição	Em milhares de R\$	
	Total	
Saldo da provisão 31/12/2020	427.209	
Processos que entraram na provisão	42.511	
Processos que saíram da provisão	(4.807)	
Majoração nos processos anteriormente provisionados	12.816	
Redução nos processos anteriormente provisionados	(82.020)	
Saldo da provisão 31/03/2021	395.708	
Processos que entraram na provisão	17.801	
Processos que saíram da provisão	(4.300)	
Majoração nos processos anteriormente provisionados	11.343	
Redução nos processos anteriormente provisionados	(52.136)	
Saldo da provisão 30/06/2021	368.415	
Processos que entraram na provisão	95.058	
Processos que saíram da provisão	(10.349)	
Majoração nos processos anteriormente provisionados	41.186	
Redução nos processos anteriormente provisionados	(14.011)	
Saldo da provisão 30/09/2021	480.299	
Processos que entraram na provisão	81.702	
Processos que saíram da provisão	(149.814)	
Majoração nos processos anteriormente provisionados	28.585	
Redução nos processos anteriormente provisionados	(7.195)	
Saldo da provisão 31/12/2021	433.577	

15.1.2. Expectativa de reembolso

O SERPRO espera que parte do passivo seja reembolsado. Desta forma, e seguindo a NBC TG 25 (item 53), é contabilizado um ativo das ações de empregados cedidos, já que destes se espera a devolução dos valores desembolsados.

Como o fundamento do reembolso é legal e a administração pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da legalidade, a administração julga que o reembolso é praticamente certo. Existe um trabalho contínuo para diminuição do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais.

Em milhares de R\$		
Tipo de ação	Dez/2021	Dez/2020
Sem expectativa de reembolso	287.665	313.758
Com expectativa de reembolso	145.911	113.451
Saldo da provisão 31/12/2020	433.577	427.209

15.1.3. Redução do passivo

Existe um trabalho contínuo para diminuição do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis reduziram sensivelmente o passivo de alguns dos processos de maior valor, e o SERPRO continua empenhado em celebrar acordos benéficos para a Empresa.

15.1.4. Processos de riscos possíveis

Os processos classificados como riscos possíveis, são aqueles processos estratégicos, com valor de risco superior a R\$ 1,2 milhão, que não foram considerados como provisionáveis por não possuírem uma estimativa confiável do seu valor e/ou por não terem expectativa de desembolso no curto prazo.

Do total de 55 processos classificados, 16 processos têm seu risco classificado como possível, o que monta um valor total de R\$ 210,9 milhões.

Em milhares de R\$		
Risco Processual Possível	Quantidade	Dez/2021
Processos Cíveis	2	44.947
Processos Trabalhistas	14	165.916
Total	16	210.863

15.1.5. Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre a norma contábil, o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da Empresa.

15.2. Provisões administrativas e tributárias

Em milhares de R\$		
Descrição	Dez/2021	Dez/2020
Provisões administrativas e tributárias	56.996	17.296

Conforme mencionado no item 4.10, o SERPRO manteve o provisionamento de valores não recolhidos de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN aos fiscos municipais, devido à possibilidade de devolução aos clientes. Houve devoluções desse tributo aos clientes Receita Federal do Brasil e Ministério da Justiça. Ressalta-se que, novos contratos e aditivos destinados a esses clientes, bem como ao Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional e Tribunal Superior Eleitoral já contemplam a desoneração no preço do serviço prestado.

Nota 16. Benefício pós-emprego

Grupo composto pelas provisões matemáticas decorrentes de avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego (Plano de Previdência Complementar – PSI e Programa de Assistência à Saúde - Pas/SERPRO), realizada pela Assistants Consultoria Atuarial, em atendimento à NBC TG 33(R2). O saldo de R\$ 551,3 milhões em 31/12/21 (R\$ 607,2 milhões em 31/12/20) reflete a reversão de parte da obrigação reconhecida junto ao Plano de Previdência Complementar – PSI, conforme parecer atuarial.

Nota 17. Patrimônio Líquido

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Patrimônio Líquido	1.921.219	1.748.212
Capital	1.061.005	1.061.005
Reservas	1.190.886	971.348
Reservas de Reavaliação	93.276	78.009
Reservas de Lucros	1.097.610	893.340
Reserva Legal	77.948	58.399
Reserva de Retenção de Lucros	725.191	725.191
Reserva de Dividendos Adicionais Propostos	294.471	109.749
Outros Resultados Abrangentes	(330.672)	(292.983)
Ajuste de Exercício Anterior	0	8.841

17.1. Capital Social

O capital social do SERPRO está dividido em 1.061.004.829 (um bilhão, sessenta e um milhões, quatro mil, oitocentos e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme consta do art. 5º do Estatuto Social. As ações ordinárias nominativas foram depositadas no Fundo Nacional de Desestatização - FND, conforme dispõe o art. 10 da Lei nº 9.491, de 09/09/1997.

17.2. Reservas

17.2.1. Reserva de Reavaliação - Bens Imóveis

	Em milhares de R\$			
	Edifícios	Terrenos	Tributos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	67.452	52.390	(40.747)	79.096
Realização da reserva por depreciação	(1.648)		560	(1.087)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	65.805	52.390	(40.186)	78.009
Realização da reserva por depreciação	(1.608)		542	(1.066)
Realização da reserva por baixa de terreno		(9.113)	1.204	(7.909)
Reversão de tributos diferidos			24.242	24.242
Saldo em 31 de dezembro de 2021	64.197	43.278	(14.198)	93.276

Constituída com base em laudo de reavaliação, efetuado em 2005. De acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007, o saldo existente será mantido até sua efetiva realização. Neste exercício foram baixados, líquidos dos tributos diferidos, R\$ 1,1 milhão de reserva com a depreciação dos bens imóveis e R\$ 7,9 milhões com a baixa do terreno da Rua Pacheco Leão no Horto, Rio de Janeiro, pelo término do contrato de concessão nº 215.012/1967 com o Jardim Botânico. Em sentido contrário, a reversão dos tributos fiscais diferidos devido a redução da base fiscal, reflexo da imunidade tributária do IRPJ, incrementou o saldo da reserva em R\$ 24,2 milhões.

17.2.2. Reserva de Lucros

O valor destinado para esta reserva legal no encerramento do exercício de 2021 foi de R\$ 19,5 milhões, correspondendo a 5% do lucro líquido do exercício, compondo um saldo final de R\$ 77,9 milhões. E após a constituição obrigatória da Reserva Legal e dos Dividendos Mínimos Obrigatórios, foi destinado para Reserva de Dividendos o saldo de R\$ 294.470.500,19 (Duzentos e noventa e quatro milhões, quatrocentos e setenta mil, quinhentos reais e dezenove centavos), como remuneração ao acionista, após aprovação pela AGO.

17.3. Destinação dos lucros acumulados

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	
(a) Lucro Líquido do Exercício (LLE)	390.984	
(b) Absorção dos prejuízos (art.189)		
(c) Participação estatutária (art.190)		
(d) LLE após Participações Estatutárias	390.984	
(Base de cálculo da reserva legal) = (a)+(b) +(c) (art.191 e 193)		
(e) Reserva Legal = (d) x 5%	19.549	
(f) Ajustes de Exercícios Anteriores (AEA)	9.226	
(g) LLE após Reserva Legal e AEA	380.661	
(Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios) = (d) - (e) + (f)		
(h) JCP/ Dividendos	95.165	
(i) Realização da Reserva de Reavaliação	8.975	
(j) Saldo Remanescente	294.471	

17.3.1. Demonstração do cálculo de JCP/Dividendo

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
(a) Capital social	1.061.005	1.061.005
(b) Reservas de capital		
(c) Reservas de lucros	893.340	539.899
(d) Ações em tesouraria		
(e) Prejuízos acumulados		
(d) Base de Cálculo do JCP = (a) + (b) + (c) + (d) + (e)	1.954.344	1.600.904
(e) TJLP *	4,8001%	4,8729%
(f) Juros sobre capital próprio (JSCP) = (d) x (e)	93.810	78.010
Limites (maior entre i e ii)		
(i) 50% Lucro líquido antes do JSCP (após CSLL)	215.927	231.951
(ii) 50% Lucros acumulados e reservas de lucros (inicial) = (c) x 0,5	446.670	269.949
(g) Dividendo mínimo obrigatório (25% do lucro líquido)	95.165	109.749
(h) Dividendos complementar (g) - (f)	1.355	31.739

17.4. Outros Resultados Abrangentes

Na demonstração de Outros Resultados Abrangentes estão registrados os ganhos e perdas com o valor justo dos instrumentos financeiros, a remensuração dos passivos atuariais em R\$ 53,7 milhões, líquidos dos tributos diferidos, e a reversão de R\$ 91,5 milhões de tributos fiscais diferidos devido a redução da base fiscal, reflexo da imunidade tributária do IRPJ.

Nota 18. Receita bruta e Receita líquida

18.1. Receita bruta

18.1.1. Composição por obrigação de desempenho

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Hospedagem de aplicações	2.265.344	2.231.976
Desenvolvimento e manutenção de software	228.805	205.063
Atendimento a Ambientes de Rede Local	125.914	149.576
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	114.309	94.423
Datavalid	103.978	57.453
Gestão de Margem Consignável	90.850	93.168
Administração de rede de longa distância	74.966	92.883
Denatran Consulta Online	43.807	34.288
Infoconv	41.940	34.432
Emissão de CNH	36.456	25.897
Demais obrigações de desempenho	285.042	276.557
Serviços a Faturar (CPC 47)	2.335	(17.402)
Total	3.413.746	3.278.314

Em 2021, a Receita Bruta apresentou crescimento de R\$ 135,4 milhões quando comparado ao ano de 2020. A variação positiva de receita, no período analisado, é fruto dos esforços voltados para a diversificação de carteira e ampliação do portfólio de serviços, que trouxeram resultados positivos, evidenciados pelo crescimento da participação do mercado privado.

18.1.2. Receita maiores clientes

Cliente	Vinculado	Em milhares de R\$	
		Dez/2021	Dez/2020
SRFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil	Min. Economia	1.442.485	1.488.020
ME – Ministério da Economia - Diretoria Adm. Logística	Min. Economia	496.669	493.176
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	Min. Economia	243.241	232.394
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Min. Economia	185.222	189.732
MINFRA – Ministério da Infraestrutura	Min. Infraestrutura	175.550	51.791
SENASP – Secretaria Gestão e Ensino em Segurança Pública	Min. Justiça	68.256	58.376
DNIT – Depto. Nacional Infraestrutura de Transportes	Min. Infraestrutura	38.935	37.594
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Ref. Agrária	Min. Agricultura	18.494	12.734
MP – Ministério Planejamento Desenvolvimento Gestão	Min. Economia	18.432	31.417
SUFRAMA – Superintendência Zona Franca de Manaus	Min. Economia	16.040	17.220
Demais Clientes Públicos		189.833	261.800
Cliente Públicos (Total)		2.893.157	2.874.254
Clientes Privados		518.254	421.461
Serviços a Faturar (CPC 47)		2.335	(17.402)
Receita Total		3.413.746	3.278.314

Considerando a receita por cliente, observa-se um acréscimo de 0,66%, cerca de R\$ 18,9 milhões, referentes a clientes públicos, em relação ao mesmo período do ano anterior. Com relação aos clientes privados ocorreu um acréscimo de 22,97%, no montante de 96,8 milhões, que denota forte expansão nessa área de negócio.

18.2. Receita líquida

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Receita bruta	3.413.746	3.278.314
(-) ISS	(75.352)	(74.862)
(-) PIS / PASEP	(51.558)	(50.659)
(-) COFINS	(237.495)	(233.357)
(-) ICMS	22	(95)
(-) INSS patronal	(148.408)	(145.711)
(-) Descontos concedidos	(108.525)	(24.367)
(-) Vendas canceladas	(4.150)	(12.745)
Receita operacional líquida	2.788.237	2.736.517

Nota 19. Custos e Despesas Operacionais

19.1. Composição dos Custos e Despesas operacionais

Descrição	Em milhares de R\$					
	Dez/2021			Dez/2020		
	CSP	Despesa	Total	CSP	Despesa	Total
Despesas Pessoal	(1.126.327)	(497.865)	(1.624.192)	(1.173.788)	(628.595)	(1.802.383)
Depreciação/ Amortização	(67.199)	(33.621)	(100.820)	(85.160)	(12.218)	(97.377)
Locação	(61.793)	(22.567)	(84.359)	(44.456)	(11.142)	(55.598)
Manutenção	(69.434)	(24.717)	(94.151)	(81.155)	(42.320)	(123.475)
Comunicação	(34.776)	(7.483)	(42.258)	(31.472)	(7.920)	(39.392)
Serviços Profissionais	(90.549)	(39.884)	(130.433)	(57.680)	(35.304)	(92.983)
Serviços Públicos	(19.051)	(8.043)	(27.095)	(14.769)	(9.676)	(24.445)
Créditos a Receber		(26.257)	(26.257)		(61.998)	(61.998)
Créditos Tributários	4.299		4.299	14.736		14.736
Desp. Tributárias		(4.370)	(4.370)		(3.163)	(3.163)
Materiais	(2.188)	(4.784)	(6.973)	(259)	(4.973)	(5.232)
Outras Despesas/ Receitas	(930)	(50.467)	(51.398)	(824)	(11.368)	(12.192)
Judiciais		(53.331)	(53.331)		(45.043)	(45.043)
Total	(1.467.949)	(773.390)	(2.241.339)	(1.474.826)	(873.718)	(2.348.544)

19.2. Aumentos e Reduções dos gastos

Em relação aos grupos que mais impactaram os gastos em 2021, quando comparados a dezembro de 2020, destacam-se: Gasto com pessoal reduziu 9,89% (R\$ 178 milhões), Manutenção reduziu 23,75% (R\$ 29,3

milhões), Gastos com locação aumentou 51,73% (R\$ 28,7 milhões), Serviços profissionais e contratados aumentou 40,28% (R\$ 37,5 milhões), outras Despesas e Receitas aumentou 321,57% (R\$39,2 milhões).

19.2.1. Quanto aos aumentos

Destacam-se os gastos com Locação, aumento de 51,73%, (R\$ 28,7 milhões) em decorrência da contratação de licenças de ambientes operacionais, conforme a estratégia da empresa.

Serviços Profissionais e contratados: apresentou aumento de 40,28% (R\$ 37,5 milhões) devido, principalmente, as contratações de “consultorias” onde foram alocados os contratos de suporte técnico de softwares.

Outras Despesas/Receitas: apresentou aumento de 321,57%, R\$39,2 milhões maior que o mesmo período do exercício anterior, decorrente, principalmente, do aumento de R\$ 32,2 milhões referente à provisão de ISS a devolver aos clientes em função da aplicação da imunidade tributária e ainda a ocorrência da baixa líquida de R\$ 9,1 milhões referente ao terreno do Horto.

19.2.2. Quanto às reduções

Destaca-se que o gasto com pessoal apresentou redução de 9,89%, R\$ 178,3 milhões inferior ao mesmo período de 2020. Tal retração é justificada pela adesão de 838 empregados ao Plano de Demissão Voluntária concluído em dezembro/2020.

Resultado com Créditos a Receber reduziu R\$ 57,65%, 35,7 milhões menor quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, devido, essencialmente a adimplência do exercício anterior e da revisão da metodologia de reconhecimento de PECLD, à luz do CPC 48.

O gasto com manutenção sofreu redução de 23,75%, uma queda de 29,3 milhões ao comparar com o exercício de 2020. Esse movimento foi influenciado, principalmente, pelas ações do programa de otimização de gastos – POG.

Nota 20. Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Despesa Financeira	(17.665)	(33.424)
Receita Financeira	90.789	97.154
Resultado Financeiro	73.124	63.730

Houve um aumento no resultado financeiro, quando comparado com o exercício anterior, em 14,74%, correspondente a R\$ 9,4 milhões, principalmente; devido a: retomada gradual da SELIC ocorrida a partir do segundo semestre de 2021; redução da despesa financeira em função do reconhecimento, em 2020, dos descontos decorrentes da utilização da base de dados de clientes.

Nota 21. Tributos sobre o lucro

O SERPRO apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real, na modalidade anual, e no exercício de 2019, amparado em decisão na Ação Cível Originária - 2.658/DF transitada em julgado, e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real, a parcela do resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e as entidades públicas, mantendo a tributação sobre o lucro decorrente do resultado da parcela não imune (serviços prestados a entidades privadas).

Por inexistir regra específica para as empresas públicas quanto à escrituração das obrigações acessórias para apuração dos resultados auferidos da prestação de serviços imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.

Quanto ao ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro em como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o lucro, a Empresa avaliou os requisitos da norma e não identificaram impactos quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
IRPJ e CSLL correntes	(103.786)	(76.585)
IRPJ e CSLL diferidas	(125.252)	66.330
Total	(229.038)	(10.255)

21.1. Conciliação da despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Em milhares de R\$	
	Dez/2021	Dez/2020
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	620.022	451.702
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(210.807)	(153.579)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	107.021	76.994
Exclusão de lucro atribuído ao setor público (NE 21.1.1)	125.974	95.844
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	(78.463)	(82.861)
Juros sobre capital próprio	31.896	26.524
Compensação de Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	22.638	33.613
Outras adições e exclusões	2.495	1.303
Incentivo Fiscais – Programa de Alimentação do Trabalhador e Prorrogação da Licença Maternidade	1.785	1.845
Incentivo Fiscal à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica	698	726
(c) Total dos tributos correntes (a) + (b)	(103.786)	(76.585)
Constituição/Reversão Tributos s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	49.676	(16.498)
Constituição/Reversão de tributos diferidos s/ diferenças temporárias	(174.928)	82.828
(d) Total dos tributos diferidos (NE 21.2)	(125.252)	66.330
(e) Total dos tributos correntes e diferidos (c) + (d)	(229.038)	(10.255)
Alíquota efetiva (Total / Lucro)	(36,94%)	(2,27%)

As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os tributos correntes e diferidos que, confrontados com o lucro contábil (R\$ 620 milhões) resultaram numa alíquota efetiva de 36,94%, equivalente a despesa de R\$ 229 milhões. Esse resultado foi influenciado pelo acréscimo do lucro operacional, exclusão de lucro atribuído ao setor público, compensação de prejuízo fiscal e pelas variações das diferenças temporárias, observados nos tributos correntes. Entretanto, os tributos diferidos contribuíram em 54,69% para o aumento.

A reversão do IRPJ diferido deve-se à constituição do imposto sobre a base fiscal das diferenças temporárias (provisões ativas e passivas) excluída da parcela proporcional ao setor público, mantendo-o equivalência com o tributo corrente provisionado. E ainda, foi constituído IR Diferido sobre o saldo do Prejuízo Fiscal, conforme demonstrado no N.E 21.2.

21.1.1. Demonstração da apuração do lucro a excluir do IRPJ

A distribuição da Receita Líquida está descrita a seguir:

Descrição	Em milhares de R\$			
	Dez/2021	%	Dez/2020	%
Receita Operacional Líquida	2.788.237		2.739.373	
(-) Receita operacional líquida a faturar	(10.853)		(2.856)	
Receita Operacional Líquida a distribuir	2.777.384		2.736.517	
Receita líquida atribuída ao setor público	2.309.567	83,16	2.347.193	85,77
Receita líquida atribuída ao setor privado	467.817	16,84	389.352	14,23

A apuração do lucro atribuído ao setor público, com exclusão do IRPJ, está demonstrada a seguir:

Descrição	Em milhares de R\$			
	Dez/2021	%	Dez/2020	%
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	620.022		451.702	
Adições/Exclusões	(14.058)		(4.733)	
Lucro Líquido ajustado a atribuir	605.964		446.969	
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	503.897	83,16	383.379	85,77
Lucro atribuído ao Setor Privado	102.067	16,84	63.595	14,23
IR s/ Lucro atribuído ao Setor Público Imune a excluir	125.974		95.845	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R\$ 503,9 milhões), que corresponde à exclusão de R\$ 125,9 milhões do IRPJ corrente em 2021.

21.2. Movimentação saldos – ativos e passivos fiscais diferidos

Descrição	Em milhares de R\$			
	Dez/2020	DRE	PL	Dez/2021
(a) Passivo fiscal diferido – Circulante	(49.667)	31.862		(17.805)
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	(42.133)	24.328		(17.805)
Distribuição de Superávit SERPROS – CP	(7.534)	7.534		
(b) Ativo fiscal diferido – Não Circulante	615.687	(202.345)	(99.854)	313.487
Provisões de processos trabalhistas e cíveis	145.251	(87.971)		57.280
Passivo atuarial	206.444	(33.756)	(99.854)	72.834
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	128.862	(77.754)		51.108
Provisões Trabalhistas	47.832	(30.343)		17.489
Provisões Tributárias	70.002	(12.180)		57.821
Outras provisões	12.993	(10.017)		2.976
Saldo da Prejuízo Fiscal – IRPJ		53.979		53.980
Saldo da Base Negativa – CSLL	4.303	(4.303)		
(c) Passivo fiscal diferido – Não Circulante	(115.572)	45.232	24.242	(46.099)
Provisões de processos trabalhistas – PSE	(38.574)	19.297		(19.277)
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(36.812)	24.188		(12.624)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(40.186)	1.746	24.242	(14.198)
(d) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)	500.115	(157.114)	(75.612)	267.389
(e) Total Créditos Fiscais Diferidos (a) + (d)	450.448	(125.252)	(75.612)	249.584

Os tributos diferidos foram reconhecidos às alíquotas nominais do imposto de renda e da contribuição social. O saldo líquido de R\$ 249,6 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 313,5 milhões) e o passivo fiscal diferido do circulante (R\$ 17,8 milhões) e não circulante (R\$ 46 milhões). O crédito relativo às provisões tributárias foi constituído sobre o IPTU, ISS e o PASEP/COFINS a recolher registrados no passivo não circulante, e sua reversão ocorrerá na liquidação dessas provisões.

Na mensuração dos tributos diferidos para o encerramento de 2021, o SERPRO decidiu, conforme consta na Ata RDO-47/2021, constituir ativo fiscal diferido sobre o saldo do prejuízo fiscal para o IRPJ (R\$ 53,9 milhões), e, excluir da base fiscal das diferenças temporárias (ativos e passivos) a proporção atribuída aos serviços

prestados aos órgãos e as entidades públicas (83,16%) para constituição do IRPJ diferido, conferindo o mesmo tratamento aplicado ao imposto corrente. Partes destes ativos e passivos serão excluídos quando de suas realizações pela existência da parcela não imune, com a aplicação da imunidade tributária.

Os créditos fiscais diferidos reduziram R\$ 200,9 milhões, passando de R\$ 450,4 milhões em dez/2020 para R\$ 249,5 milhões em Dez/2021.

Descrição	Em milhares de R\$	
	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	450.448	605.135
Efeito no Resultado	(125.252)	66.330
Ativos e Passivos temporários	(174.928)	82.828
Utilização de créditos sobre prejuízo fiscal	(4.303)	(16.498)
Constituição de créditos sobre prejuízo fiscal	53.979	
Efeito no Patrimônio Líquido	(75.612)	(221.017)
Outros Resultados Abrangentes	(99.854)	(205.821)
Reserva de Reavaliação	24.242	
Reversão sobre ajuste da PECLD (NE 3.3)		(15.196)
Movimentação do Ativo e Passivo Fiscal Diferido	(200.864)	(154.687)
Saldo em 31 de dezembro	249.584	450.448

21.3. Reflexo da aplicação da Imunidade Tributária no IRPJ

O reflexo da apuração dos tributos correntes teve os seguintes impactos:

Descrição	Em milhares de R\$		
	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
Lucro antes dos Tributos	620.022	620.022	
(a) Tributos sobre o lucro a 34%	(210.807)	(210.807)	
(b) Ajustes que afetaram os tributos:	107.021	(25.602)	132.623
Incentivos fiscais	2.482	2.557	(75)
Demais adições e exclusões (afetaram o cálculo tributário)	(44.073)	(44.073)	
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	125.974		125.974
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	22.638	15.914	6.724
(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)	(103.786)	(236.410)	132.623

O reflexo da apuração dos tributos diferidos sobre os prejuízos fiscais teve os seguintes impactos:

Descrição	Em milhares de R\$			
	Com imunidade		Sem imunidade	
AFD de IRPJ não constituído sobre saldo de prejuízo fiscal	Prejuízo fiscal	AFD constituído	Prejuízo fiscal	AFD Não constituído
Saldo em Dez/2020	289.080	72.270	46.263	11.566
Compensação de 30%	(73.162)	(18.290)	(46.263)	(11.566)
Saldo em Dez/2021	215.918	53.980		

Nota 22. Benefícios a empregados

O SERPRO disponibiliza aos seus empregados os benefícios de previdência complementar, assistência à saúde, auxílio-alimentação e plano odontológico. Os programas previdenciários e de assistência à saúde oferecidos aos empregados são classificados pela NBC TG 33 (R1) como benefícios pós-emprego, ou seja, serão devidos ao empregado após o término de sua fase laborativa.

22.1. Programas previdenciários

A Empresa oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em plano de previdência complementar. Os planos são administrados pelo SERPROS (Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC Fundo Multipatrocinado), constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado. Como o SERPRO adota as normas do *International Accounting Standards Board* – IASB, anualmente é feita avaliação, registro e divulgação das obrigações de longo prazo com benefícios de pós-emprego.

Quanto às Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD dos Fundos de Investimento Multimercado e Participações, estas são reconhecidas pelos administradores dos fundos respectivos. A diferença entre o montante registrado e o valor recuperável (*Impairment*) constitui esses valores, de modo a tornar a informação contábil mais consistente. Portanto, para os investimentos com evidências objetivas de riscos e incertezas de recuperabilidade, a EFPC SERPROS aplica a NBC TG 01 Teste de Recuperabilidade de Ativos.

22.1.1. Planos de previdência

22.1.1.1. Plano PS-I Benefício Definido (BD)

O Plano PS-I, estruturado como Benefício Definido (BD), encontra-se saldado desde 01/04/2013, sob amparo legal. Os benefícios já concedidos e suas reversões regulamentares nos níveis anteriormente pactuados estão mantidos. Para os colaboradores ainda ativos, o benefício proporcional até então capitalizados passou a ser garantido. O Plano disponibiliza os seguintes benefícios instituídos:

- a) Participantes: Suplementação de aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, especial, aos ex-combatentes, por invalidez, assim como auxílio-doença, pensão por morte e auxílio-reclusão;
- b) Beneficiários: pecúlio por morte, suplementações concedidas sob a forma de renda mensal, adicionada de Abono Anual.

22.1.1.2. Plano PS-II Contribuição Variável (CV)

O Plano PS-II, estruturado na modalidade de Plano de Contribuição Variável (CV), encontra-se aberto para novas adesões. É um plano que possui características de Contribuição Definida (CD), na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD), na fase de pós-concessão.

O Plano disponibiliza os seguintes benefícios instituídos:

- a) Participantes: renda de aposentadoria, benefício proporcional definido, renda por invalidez, auxílio-doença e abono anual;
- b) Beneficiários: pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão e abono anual;
- c) Designados: pecúlio por morte.

22.1.2. Avaliação Atuarial dos planos de benefício (PS-I e PS-II)

O SERPRO contratou a empresa Assistants Consultoria Atuarial para avaliação e emissão do Relatório de Avaliação Atuarial à luz da NBC TG 33, com data base para 31/12/2021.

22.1.2.1. Base de dados

A consultoria atuarial foi suprida com a base de dados dos participantes ativos, inativos e pensionistas, relativas a cada plano mantido, fornecida pela empresa e pela Entidade de Previdência Complementar, contendo matrículas, datas de nascimento, datas de admissão e valores de salários e benefícios.

Além disso, foram fornecidos os regulamentos dos planos previdenciários e informações contábeis e financeiras, quando solicitadas, as quais não foram objeto de revisão por parte da consultoria Assistants, que considerou todos os dados encaminhados como verdadeiros e corretos.

22.1.2.2. Hipóteses atuariais e financeiras

De acordo com a legislação aplicável à estimação de obrigações de benefícios pós-emprego, especialmente os Pronunciamentos nº 26 e 33 do CPC e as normas do IFRS – International Financial Reporting Standards, adotou-se o método da UCP – Unidade de Crédito Projetada, considerando-se como período de aquisição de direitos aquele determinado pela diferença entre as idades de entrada e de aposentadoria na empresa.

22.1.2.3. Premissas utilizadas na avaliação atuarial

As premissas utilizadas na avaliação atuarial foram as seguintes:

- a) *Taxa de desconto*: Para a definição da taxa de juros de longo prazo foram adotadas as taxas de mercado dadas pelos títulos de emissão do governo federal em leilões mais recentes (NTN-B), comparadas ao fluxo das obrigações de longo prazo, sob a metodologia chamada de “Duration”. A Duration, ou Duração de Macaulay, é definida como o prazo médio das operações ponderado pelos fluxos de caixa;
- b) *Taxa de mortalidade*: Para Plano PSI foi adotada tábua AT2012, agravada em 10%; para Plano PSII: Foi adotada a tábua AT2012, desagravada em 10% e para PAS: Foi adotada a tábua AT2012, desagravada em 10%;
- c) *Composição familiar*: A composição familiar real encaminhada pela empresa revelou que, em média, as mulheres são 3 anos mais jovens que seus cônjuges. Para o plano PSI, a probabilidade de casados é de 81,60% e para o plano PSII é de 85,90%;
- d) *Inflação projetada*: Segundo o Boletim Focus, do Banco Central do Brasil – BACEN na data de 12/11/2021, a estimativa inflação para o próximo exercício é de 4,79%;
- e) *Rentabilidade esperada para os ativos financeiros*: A rentabilidade dos ativos financeiros, projetada para o próximo exercício, é de 10,32%aa (taxa nominal) para os planos PSI e PSII;
- f) *Tábua de entrada em invalidez*: Conforme teste de aderência realizado pela SERPROS, foram aplicadas as seguintes tábuas para a população de inválidos: Plano PSI: Grupo Americana, desagravada em 50% Plano PSII: Grupo Americana, desagravada em 50% PAS: Grupo Americana, desagravada em 50%;
- g) *Tábua de mortalidade de inválidos*: Segundo o Teste de Aderência realizado pela Entidade de Previdência Complementar – SERPROS, foram utilizadas as seguintes tábuas biométricas: Plano PSI: Tábua AT-49, segregada por sexo Plano PSII: Tábua MI-2006, masculina PAS: Tábua MI-2006, masculina;
- h) *Rotatividade*: A rotatividade foi considerada nula, para o Plano PSI e de 1%, para todas as idades até 65 anos, para o Plano PSII;
- i) *Fator de capacidade para benefícios e salários*: De acordo com as projeções inflacionárias atuais, o fator de capacidade foi estabelecido em 97,75%.

22.1.3. Resultado da avaliação atuarial

A Assistants tomou por base os pagamentos de benefícios e as contribuições arrecadadas de acordo com os dados contábeis do SERPROS fornecidos na base de 31/12/2021.

22.1.3.1 Avaliação atuarial – Plano PSI

Descrição	Em milhares de R\$		
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Obrigações no início do exercício	3.247.793	3.302.168	3.219.164
Custo do serviço corrente			
Contribuições de participantes ativos		2.433	
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	216.313	235.293	322.693
(Ganhos)/Perdas atuariais	5.547	(142.034)	
(-) Benefícios pagos no ano	(167.484)	(178.696)	(184.533)
Obrigações no final do exercício	3.302.168	3.219.164	3.357.323
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	2.396.049	2.694.979	2.667.848
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	170.599	206.097	267.006
Contribuições normais e extraordinárias patronais	20.024	19.726	20.671

Contribuições normais e extraordinárias participantes ativos		2.433	2.550
Benefícios pagos	(167.484)	(178.696)	(184.533)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	275.791	(76.691)	
Ativos financeiros no final do exercício	2.694.979	2.667.848	2.773.541
(Déficit)/Superávit apurado	(607.189)	(551.316)	(583.782)
Asset Ceiling (Regra IAS)			
(-) Contrato de dívida já reconhecido			
Passivo líquido ao final do exercício	(607.189)	(551.316)	(583.782)

22.1.3.2 Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas – Plano PSI

Em milhares de R\$		
Taxa	Total da obrigação	Variação do passivo %
Real	3.219.164	
Aumento (1%)	2.896.926	(10%)
Redução (1%)	3.580.805	11%

22.1.3.3. Resultado da avaliação atuarial – Plano PSII

Em milhares de R\$			
Descrição	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Obrigações no início do exercício	1.037.722	1.010.390	1.484.811
Custo do serviço corrente	4.414	2.988	815
Contribuições de participantes ativos		69.333	
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	70.330	71.815	149.687
(Ganhos)/Perdas atuariais	(28.949)	486.375	
(-) Benefícios pagos no ano	(73.126)	(156.091)	(68.247)
Obrigações no final do exercício	1.010.390	1.484.811	1.567.067
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	1.563.191	1.599.571	1.588.947
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	113.019	116.496	167.946
Contribuições normais e extraordinárias patronais	16.546	69.402	74.784
Contribuições normais e extraordinárias participantes ativos		69.333	74.710
Benefícios pagos	(73.126)	(156.091)	(68.247)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	(20.059)	(109.763)	
Ativos financeiros no final do exercício	1.599.571	1.588.947	1.838.141
(Déficit)/Superávit apurado	589.181	104.137	271.074
Asset Ceiling (Regra IAS)			
Passivo líquido ao final do exercício	(589.181)	(104.137)	(271.074)

22.1.3.4. Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas – Plano PSII

Em milhares de R\$		
Taxa	Total da Obrigação	Variação na Reserva %
Real	1.484.811	
Aumento (1%)	1.336.182	(10%)
Redução (1%)	1.651.615	11%

22.2. Programa de Assistência à Saúde - PAS/SERPRO

O Programa de Assistência à Saúde do SERPRO – PAS/SERPRO é um plano de saúde instituído na modalidade de autogestão, oferecido exclusivamente aos colaboradores da Empresa, seus dependentes e agregados por ele designados. Os benefícios deste Programa são classificados nos seguintes grupos:

Grupos	Descrição
Grupo I	Empregados ativos: empregados em efetivo exercício na Empresa, desde que tenham requerido sua adesão ao PAS/SERPRO, bem como de seus dependentes, assegurando as limitações previstas em regulamento. O custeio do grupo I é de responsabilidade tanto do SERPRO (cujas contribuições são estabelecidas de acordo com a referência salarial do empregado), quanto dos próprios empregados. Estes contribuem, a título de contrapartida, com um valor fixo mensal, diferenciado por faixa etária, mais 20% por utilização em consultas médias.
Grupo II	Empregados inativos/ agregados: os empregados ativos serão transferidos do Grupo I ao Grupo II, quando ocorrer o desligamento sem justa causa ou suspensão do contrato de trabalho, em razão de licença sem remuneração. Os agregados também serão incluídos no Plano, de acordo com as limitações previstas em regulamentos. Diferentemente do Grupo I, o custeio do Grupo II não conta com a participação do SERPRO, mas tão somente dos próprios beneficiários do Grupo II e pelo empregado responsável pelo agregado vinculado. Assim como no Grupo I, os valores são fixos e diferenciados por faixa etária mais 20% por utilização em consultas médias, a título de contrapartida. APA: compõe também esse grupo os ex-empregados que aderiram às Ações de Preparação de Aposentadoria – APA ou ao programa de demissão voluntária – PDV, que no momento da adesão optaram por receber o incentivo e permanecer no plano. A mensalidade tem participação do SERPRO até uma data previamente determinada e, após esse período, o custeio passa a ser de responsabilidade integral do beneficiário.

22.2.1. Avaliação Atuarial dos planos de assistência à saúde

De acordo parecer da Assistants Consultoria Atuarial os dados relativos ao plano de assistência médica revelaram uma arrecadação média, para o grupo de aposentados (Grupo II), inferior aos custos médicos do período e ainda para o exercício de 2021, foi aprovada em 20/10/2021 – ATA RDO 42/2021, que contempla reajuste de 15,02% sobre o valor das mensalidades do PAS. Logo, considerando o reajuste proposto, a arrecadação média passa a ser superior aos custos apurados, não havendo a necessidade de constituição de passivos pós-emprego, conforme demonstrado a seguir:

Em R\$				
Grupo I – empregados em atividade				
Faixa etária	Total beneficiários	Idade média (anos)	Mensalidade média per capita (R\$)	Custo médio per capita (R\$)
0-18 anos	3.342	8,77	415,28	156,38
19-23 anos	755	20,88	436,24	324,15
24-28 anos	166	25,44	491,19	234,76
29-33 anos	414	31,36	572,72	450,09
34-38 anos	1.393	36,38	620,21	519,98
39-43 anos	2.021	40,86	633,52	449,31
44-48 anos	1.214	45,75	750,02	462,71
49-53 anos	865	51	780,85	578,74
54-58 anos	1.609	56,16	878,76	679,68
59 ou mais	3.684	65,03	1.354,71	1.084,78
Total geral	15.463	40,43	787,09	567,63

Em R\$				
Grupo II – Aposentados e demitidos				
Faixa etária	Total beneficiários	Idade média (anos)	Mensalidade média (R\$)	Custo médio per capita (R\$)
0-18 anos	139	13,55	415,28	96,59
19-23 anos	263	21,6	436,24	238,2
24-28 anos	1.006	26,21	491,19	278,13

29-33 anos	81	30,28	572,72	75,47
34-38 anos	34	36,15	620,21	1.163,13
39-43 anos	38	41,13	633,52	331,92
44-48 anos	43	46,05	750,02	293,49
49-53 anos	101	51,38	780,85	376,58
54-58 anos	428	56,68	878,76	711,9
59 ou mais	5.066	68,65	1.354,71	1.283,37
Total geral	7.199	58,12	1.26,31	1.010,01

22.2.2. SERPRO no contexto da CGPAR

A CGPAR nº 23, de janeiro de 2018, definiu diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados, estabelecendo o prazo de 48 meses, para aderência à Resolução, após sua publicação. Em seu artigo 3º, limita a participação da Empresa no custeio de assistência à saúde a um percentual da folha de pagamento, respeitando a paridade. Portanto, a participação da Empresa Estatal não poderá ser maior que a participação dos empregados no custeio de assistência à saúde. Ainda que haja a sustação dos efeitos estabelecidos pela CGPAR nº 23/2018 em setembro de 2021, a Empresa mantém as medições, como boa prática. Posto isso, o SERPRO acompanha os custos de benefícios de assistência à saúde dos empregados, através de controles internos e indicadores implantados, inclusive, o custo para a Estatal desses benefícios. Os quadros a seguir apresentam os valores do encerramento do exercício de 2021.

22.2.2.1 Gasto total em Saúde - Dez/2021

Em milhares de R\$	
Descrição	Dez/2021
Utilização Plano de Saúde	228.792
Despesas Administrativas	33.885
Total Gastos com Saúde	262.677

Os gastos com benefício de assistência à saúde incluem plano de saúde e odontológico, bem como as despesas administrativas.

22.2.2.2 Participação no custeio de Assistência à saúde - 2021

Em milhares de R\$		
Descrição	Participação	% Participação
Participação Empregados + PSE	215.104	81,9%
Participação Empresa	47.574	18,1%
Total Gastos com Saúde	262.677	100,0%

Conforme demonstrado, a participação da Empresa no custeio do benefício de assistência à saúde dos empregados no exercício encerrado de 2021 foi de R\$ 47,6 milhões, o que corresponde a 2,9% da folha de pagamento e a 18,1% do total gasto com esse benefício.

A Empresa está aderente aos limites definidos pela Resolução CGPAR nº 23/2018, no que tange ao custeio do benefício de assistência à saúde.

22.3. Auxílio-alimentação

O benefício auxílio alimentação é regido pelo Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, Lei nº 6.321/1976 e cláusula 64ª do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT vigente. É concedido mensalmente aos empregados e dirigentes, na modalidade cartão eletrônico.

Para os empregados, no ACT 2020/2022, foi fixado o valor mensal de R\$ 1.001 a partir de maio de 2020. Para os dirigentes, o valor mensal pago é de R\$ 778,03 desde abril/2019, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST.

22.4. Plano odontológico

O PAS-Odonto/SERPRO é um benefício oferecido aos empregados e ex-empregados, seus dependentes e agregados, por meio do Plano Odontológico PREVIDENT, mediante adesão voluntária. Para participação é necessário o custeio de mensalidade de valor fixo por vida. Aos empregados e seus dependentes há patrocínio da Empresa no custeio das mensalidades na alíquota de 50% do valor de mensalidade.

Nota 23. Coberturas de Seguros

A Empresa contrata seguros para cobertura de riscos operacionais, erros e omissões, responsabilidade civil, vida em grupo e acidentes pessoais dos colaboradores do SERPRO, de acordo com a natureza da atividade e características dos riscos envolvidos. A seguir, uma tabela com os valores segurados, que são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros contratados.

Em milhares de R\$

Seguradora Contratada	Generali Brasil Seguros S.A.	Gente Seguradora S.A.	AIG Seguros Brasil S.A.	Argo Seguros Brasil S/A
Ativo	Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis e Bens do segurado em locais de terceiros	Vida em grupo e acidentes pessoais	Responsabilidade civil dos membros do Conselho Administração, do Conselho Fiscal, Diretoria e Superintendentes responsáveis pelas atividades do SERPRO	Responsabilidade civil referente as atividades de certificação digital
Tipo de Cobertura	Incêndio, Danos Elétricos, Vendaval, Desmoronamento, Vazamento de Sprinklers, Quebra de Vidros, Alagamento e Inundação, Quebra de máquinas	Morte, indenização especial de morte por acidente, invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA) 100%	Responsabilidade Civil à base de Reclamações	Reparações por prejuízos financeiros causados a terceiros por erros e omissões
Valor Anual Contrato	261	33	360	9
Valor Total Contrato	632	165	1.495	15
Valor Total Assegurado	1.536.306	2.964	30.000	1.000

Nota 24. Partes Relacionadas

24.1. Remuneração dos dirigentes

Remuneração de dirigentes nos casos de cargos diretivos é composta da maior remuneração no valor de R\$ 39.217,59 e a menor remuneração de R\$ 34.511,48, sendo a média constituída de R\$ 35.183,78.

24.2. Remuneração dos conselheiros e membros do comitê de auditoria

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são um décimo da remuneração da média mensal dos membros da Diretoria Executiva, o que representa R\$ 3.811,58, incluindo 13º salário. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria representam R\$ 5.203,50 mensais.

24.3. Remuneração dos empregados

A política salarial do SERPRO contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R\$1.806,71 e R\$ 45.161,08. A média salarial para esses cargos é de R\$ 10.719,17. Esta amplitude na maior remuneração refere-se à incorporação de horas extras, gratificações e adicional por tempo de serviço. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 5.203,97 e R\$ 39.273,00 e média de R\$ 18.378,37.

24.4. Entidade Fechada de Previdência Complementar

O SERPROS Fundo Multipatrocinado, entidade que administra os planos previdenciários dos empregados e ex-empregados, é considerado parte relacionada do SERPRO, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros indicados pelo Patrocinador e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos (empregados ou ex-empregados do Patrocinador). Além disso, a Empresa indica todos os integrantes da Diretoria Executiva da entidade.

24.5. Composição dos órgãos estatutários

O Conselho de Administração é composto, atualmente de 6 membros e o Conselho Fiscal de 3. O Ministério da Economia, cliente relevante e órgão ao qual o SERPRO é diretamente vinculado, possui 4 representantes no Conselho de Administração e 3 representantes no Conselho Fiscal.

24.6. Transações comerciais

Em milhares de R\$

Clientes	Receita Bruta	Faturas a vencer	Faturas vencidas		
			Até 364 dias	365 dias ou mais	Faturas Avaliação Direito
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.442.485	30	273	112.669	243.280
ME- Min. Economia – Diretoria Adm. Logística	496.669	48.399	90.912	8.342	125
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	243.241				
PGFN- Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	185.222	14.827	11.494	22.928	
MINFRA – Min. Infraestrutura	175.550		651	57	695
SENASP- Secretaria Gestão e Ensino em Segurança Pública	68.256	6.107	6.193	1.109	
DNIT - Depto Nacional Infraestrutura de Transportes	38.935	6.929	1.128	149	
INCRA - Instituto Nacional Colonização e Reforma	18.494			2.265	
MP – Min. Planejamento Desenvolvimento e Gestão	18.432	1.151	1.800	42.066	
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus	16.040	2.439	10	30	
Total	2.703.324	79.882	112.461	189.615	244.100

Conforme prevê o artigo 4º do Estatuto Social, entre as finalidades do SERPRO, consta a de atender prioritariamente aos órgãos do Ministério da Economia.

Gileno Gurjão Barreto
Diretor Presidente

André de Cesero
Diretor de Relacionamento com Clientes

Antonino dos Santos Guerra Neto
Diretor de Operações

André Sucupira
Diretor Jurídico, Governança e Gestão

André Sucupira
Diretor de Desenvolvimento Humano
(em exercício)

Ricardo Cezar de Moura Jucá
Diretor de Desenvolvimento

Antônio de Pádua Ferreira Passos
Diretor de Administração

Carla Ribeiro Alves Marques
Contadora CRC 015723/O-9

Anexo I. Normas brasileiras de contabilidade aplicáveis

Norma	Assunto	CPC	IASB
NBC TG 01 (R4)	Redução ao valor recuperável de ativos	CPC 01(R1)	IAS 36
NBC TG 03 (R3)	Demonstração dos fluxos de caixa	CPC 03 (R2)	IAS 07
NBC TG 05 (R3)	Divulgação sobre partes relacionadas	CPC 05 (R1)	IAS 24
NBC TG 09	Demonstração do valor adicionado (DVA)	CPC 09	-
NBC TG 13	Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da nº 449/08	CPC 13	-
NBC TG 21 (R4)	Demonstração Intermediária	CPC 21	IAS 34
NBC TG 22 (R2)	Informações por segmento	CPC 22	IFRS 08
NBC TG 23 (R2)	Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação	CPC 23	IAS 08
NBC TG 24 (R2)	Evento subsequente	CPC 24	IAS 10
NBC TG 25 (R2)	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes,	CPC 25	IAS 37
NBC TG 26 (R5)	Apresentação das demonstrações contábeis	CPC 26 (R1)	IAS 01
NBC TG 27 (R4)	Ativo imobilizado	CPC 27	IAS 16
NBC TG 31 (R4)	Ativo não circulante mantido p/ venda e operação descontinuada	CPC 31	IFRS 05
NBC TG 32 (R4)	Tributos sobre o lucro	CPC 32	IAS 12
NBC TG 33 (R2)	Benefícios a empregados	CPC 33 (R1)	IAS 19
NBC TG 37 (R5)	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade	CPC 37 (R1)	IFRS 01
NBC TG 47	Receita de contrato com cliente	CPC 47	IFRS 15
NBC TG 48	Instrumentos financeiros	CPC 48	IFRS 09
ITG 08	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos	ICPC 08 (R1)	-
ITG 10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento	ICPC 10	-

Anexo II. Legislação aplicável

Legislação	Data	Assunto
LC 109/2001	29/05/2001	Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar
LC 116/2003	31/07/2003	Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
Lei 4.516/1964	01/12/1964	Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda.
Lei 5.615/1970	13/10/1970	Dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e dá outras providências.
Lei 6.404/1976	15/12/1976	Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
Lei 8.020/1990	12/04/1990	Dispõe sobre as entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras, no âmbito da Administração Pública Federal.
Lei 8.666/1993	21/06/1993	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Lei 9.245/1995	26/12/1995	Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos ao procedimento sumaríssimo.
Lei 9.430/1996	27/12/1996	Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta.
Lei 9.636/1998	15/05/1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
Lei 10.406/2002	10/01/2002	Institui o Código Civil.
Lei 10.833/2003	29/12/2003	Altera a Legislação Tributária Federal.
Lei 11.638/2007	28/12/2007	Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404/76, e da Lei 6.385/76 e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
Lei 11.941/2009	27/05/2009	Entre outros, institui regime tributário de transição, alterando a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Lei 12.942/2013	27/12/2013	Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo.
Lei 12.973/2014	13/05/2014	Revoga o Regime Tributário de Transição e dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil.
Lei 13.303/2016	30/06/2016	Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União, dos Estados, do DF e dos Municípios.
Decreto 101/1991	17/04/1991	Regulamenta a Lei nº 8.167/91, que altera a legislação do IR relativa a incentivos fiscais e condições operacionais dos fundos de investimentos regionais.
Decreto 6.976/2009	07/10/2009	Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.
Decreto 8.945/2016	27/12/2016	Regulamenta, no âmbito da União, a Lei no 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
IN 787/2007	20/11/2007	Institui a Escrituração Contábil Digital.
RIR 99/ Decreto 3.000	26/03/1999	Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos.
Portaria MF 184/2008	25/08/2008	Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Anexo III. Sumário de siglas e abreviaturas

ACO – Ação Cível Originária
ACT – Acordo Coletivo de Trabalho
AFD – Ativo Fiscal Diferido
APA – Ações de Preparação para a Aposentadoria
BACEN – Banco Central do Brasil
BD – Benefício Definido
CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
CD – Contribuição definida
CDT – Carteira Digital de Trânsito
CGPAR – Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participação Societária da União
CNH – Carteira Nacional de Habilitação
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPRB – Contribuição previdenciária sobre a receita bruta
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CSP – Determinação do custo dos serviços prestados
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
DNIT – Departamento Nac. Infraestrutura Transportes
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
DVA – Demonstração do Valor Adicionado
EFPC – Entidade Fechada Previdência Complementar
FAE – Fundo de Aplicação Extramercado Comum
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPC – Índice de Preços ao Consumidor
IRPJ – Imposto Renda Pessoa Jurídica
ISS – Imposto Sobre Serviços
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITG – Interpretação Técnica Geral
JSCP – Juros Sobre Capital Próprio
LFTSC – Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina
LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MF – Ministério da Fazenda
NBC TG – Norma Brasileira de Cont. Técnica Geral
NF-e – Nota Fiscal Eletrônica
NR – Nota de Ressarcimento
PAS/SERPRO – Progr. assist. à saúde empregados
PASEP – Progr. Formação Patrimônio Servidor Púb.
PAS-ODONTO/SERPRO – Plano Assist. à Saúde Bucal
PAT – Parcelamento adm. de débitos tributários
PECLD – Perda Estimada Créditos Liquidação Duvidosa

PFD – Passivo Fiscal Diferido
PIS – Programa Integração Social
PLR – Participação nos Lucros e Resultados
PSE – Pessoal Serviço Externo
PS-I – Plano SERPRO I
PS-II – Plano SERPRO II
RVA – Remuneração Variável Baseada em Ações
SELIC – XXXX
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
TI – Tecnologia da Informação
TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
VJR – Valor Justo em Resultado